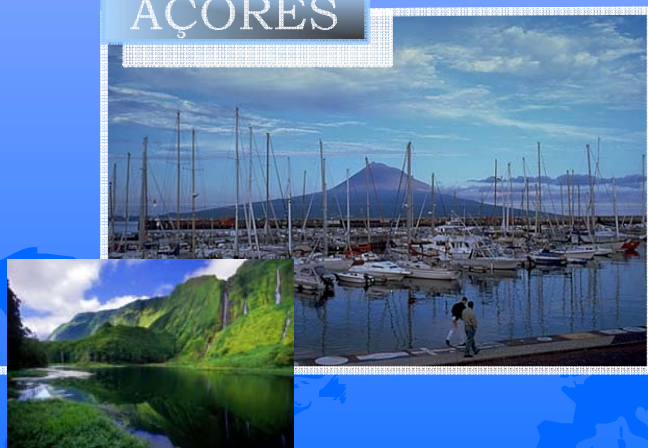


SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DA MACARONÉSIA

2000-2005

AÇORES



MADEIRA



CANÁRIAS





***SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
DO TURISMO DA MACARONÉSIA
2000-2005***

Catálogo Recomendada

Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia 2000-2005

Direcção Regional de Estatística da Madeira - Funchal: D.R.E.,
ISBN 972-98981-5-4

Directores Regionais

Dr. Augusto Rua Elavai (Açores)

Dr.^a Maria Carlota Santos (Madeira)

Dr. Álvaro Dávila González (Canárias)

Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

Dr.^a Isabel Cristina Correia
E-mail: isabel.cristina@ine.pt

Dr.^a Glória Fidalgo
E-mail: gloria.fidalgo@ine.pt

Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)

Dr. Paulo Vieira
E-mail: paulo.vieira@ine.pt

Dr.^a Suzete Nóbrega
E-mail: suzete.nobrega@ine.pt

Instituto Canário de Estatística (ISTAC)

Serviço de Estatísticas Económicas
E-mail: economicas.istac@gobiernodecanarias.org

Editores

Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
E-mail: drém@ine.pt

Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
E-mail: srea@ine.pt

Desenho e Realização Editorial

Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)

Impressão
O Liberal

Ano de Edição
2006

Tiragem
300 unidades

Depósito legal n.º 251443/06

NOTA INTRODUTÓRIA

Com esta publicação dá-se a conhecer o projecto SIET-MAC - Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia, que foi o resultado de um projecto conjunto entre os Institutos de Estatística dos Açores, Madeira e Canárias, aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III-B.

O objectivo deste projecto é o de desenvolver e manter um Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo, através do qual se possa medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo em cada uma das três regiões envolvidas no projecto. Foi um projecto complexo que exigiu um trabalho muito próximo entre organismos estatísticos oficiais dos Açores, Madeira e Canárias, nomeadamente na comparação entre conceitos e metodologias subjacentes às variáveis que compunham os indicadores.

O desenvolvimento deste projecto conjunto proporcionou benefícios acrescidos aos organismos de estatística participantes, nomeadamente a formação dos técnicos, a criação de equipas de trabalho conjuntas e o aumento da relação institucional entre eles.

O Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia irá permitir, sem dúvida, a realização de estudos no âmbito daquela actividade económica para as três regiões, segundo uma metodologia comum, facilitando, desta forma, uma visão comparada da sua situação.

Num projecto com esta natureza é fundamental o *feedback* quer de entidades públicas e privadas, quer de utilizadores particulares em relação aos diversos aspectos deste sistema de indicadores, pelo que serão bem acolhidas todas as sugestões que contribuam para a valorização e melhoria do SIET-MAC.

Augusto Rua Elavai

Álvaro Dávila González

Maria Carlota Santos

*Director do Serviço Regional de
Estatística dos Açores*

*Director del Instituto Canario de
Estatística*

*Directora da Direcção Regional
de Estatística da Madeira*

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
ÍNDICE	5
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO	7
HISTORIAL DO PROJECTO SIET-MAC	18
A. ECONOMIA (EMPREGO, RENTABILIDADE, INVESTIMENTO E PREÇOS)	29
A.1.1 EMPREGO NO SECTOR TURÍSTICO	30
A.1.2 GRAU DE QUALIFICAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO TURÍSTICO	31
A.2.1 PESO DO TURISMO NA ECONOMIA DA REGIÃO	33
A.3.1 INVESTIMENTO NO TURISMO	34
A.4.1 EVOLUÇÃO DOS PREÇOS TURÍSTICOS	35
B. TURISMO SUSTENTÁVEL (OFERTA, PROCURA E SATISFAÇÃO)	39
B.1.1 DENSIDADE DA OFERTA HOTELEIRA	41
B.1.2 QUALIDADE DA OFERTA HOTELEIRA	42
B.1.3 TURISMO EM ESPAÇO RURAL	43
B.2.1 ESTADA MÉDIA POR TURISTA	44
B.2.2 DENSIDADE DA PROCURA TURÍSTICA	45
B.2.3 DISTRIBUIÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA POR SEGMENTOS	46
B.2.4 DEPENDÊNCIA DOS PRINCIPAIS MERCADOS EMISSORES	47
B.2.5 GASTO TURÍSTICO	48
B.2.6 PERFIL DO TURISTA	49
B.2.7 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS TURISTAS POR ILHAS	50
B.2.8 SAZONALIDADE DA PROCURA TURÍSTICA	51
B.3.1 ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE QUALIDADE E/OU CERTIFICADO DE GESTÃO AMBIENTAL	54
B.3.2 GRAU DE SATISFAÇÃO DO TURISTA	55
B.3.3 FIDELIDADE DOS TURISTAS	56
C. MEIO AMBIENTE (URBANISMO, PAISAGISMO E GESTÃO AMBIENTAL)	61
C.1.1 ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS	63
C.1.2 GRAU DE NATURALIDADE DO MEIO	64
C.2.1 QUALIDADE DAS ZONAS BALNEARES	65
C.2.2 CONSUMO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO URBANO ATRIBUÍVEL AO TURISMO	65
C.2.3 CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA ATRIBUÍVEL AO TURISMO	66
C.2.4 PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ATRIBUÍVEIS AO TURISMO	67
C.2.5 ÍNDICE DE MOTORIZAÇÃO ATRIBUÍDO AO TURISMO	68
C.2.6 SUPERFÍCIE DE COSTA URBANIZADA	68
D. SOCIEDADE E CULTURA (DEMOGRAFIA, IMPACTO SOCIAL, INDICADORES DA COMUNIDADE LOCAL)	73
D.1.1 INTENSIDADE TURÍSTICA	74
D.1.2 VISITANTES A LUGARES DE INTERESSE TURÍSTICO	75
D.2.1 RÁCIO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DOS HOTÉIS E RESTAURAÇÃO PELA POPULAÇÃO RESIDENTE	77
D.2.2 OPINIÃO DOS RESIDENTES SOBRE O FUTURO DO TURISMO NA REGIÃO	78
D.2.3 NÍVEL DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL	79
E. INSTITUCIONAL	83
E.1 PLANOS, PROGRAMAS E NORMAS COM INCIDÊNCIA EM MATÉRIA DE TURISMO E SUSTENTABILIDADE	83
BIBLIOGRAFIA	85

Indicadores de Sustentabilidade do Turismo

O conceito de sustentabilidade

A sustentabilidade aparece como conceito associado ao estabelecimento de limites ao crescimento, no início dos anos 70 do século XX. As primeiras formulações surgem ligadas ao aparecimento do movimento ecologista, aparecendo termos como eco-desenvolvimento, crescimento orgânico, crescimento zero, etc. As preocupações estavam centradas, essencialmente, em estabelecer limites ou mesmo travar os efeitos negativos do desenvolvimento.

Em 1987, a partir do **Relatório Brundtland “Our Common Future”** (O nosso futuro comum), elaborado a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, define-se, pela primeira vez, o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Neste documento define-se Desenvolvimento Sustentável como *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades*. Este conceito inicial incluía dois aspectos importantes: o da solidariedade intergeracional e o da satisfação de necessidades humanas, que levaram a uma mudança de paradigma (um dos maiores desafios na tomada de decisões passou a ser o ter em conta os direitos dos que ainda não existem e não se podem defender) e a uma reflexão sobre quais as necessidades humanas e, portanto, quais os valores a serem defendidos pela sociedade.

O desenvolvimento do conceito levou a que se considerasse a sustentabilidade como um meio para alcançar um desenvolvimento humano estável. As linhas estratégicas para alcançar este objectivo são a obtenção de maiores níveis de sustentabilidade nos planos social, ambiental e económico. Os critérios para alcançar esses níveis devem incluir medidas de mudança que sejam percebidas como socialmente aceitáveis e desejáveis, ambientalmente viáveis, economicamente realizáveis e utilizando tecnologias apropriadas.

Por último, o conceito de desenvolvimento sustentável é, por natureza, global. O “futuro” é, efectivamente e de modo inevitável, “comum”, no sentido em que nem os fenómenos de desenvolvimento, nem os ambientais e demográficos, se limitam às fronteiras de um país.

Turismo sustentável

Nas últimas décadas, começaram a aparecer novas vias de desenvolvimento do turismo, tanto na procura como na oferta. Os novos turistas procuram espaços tanto quanto possível intactos em termos ambientais e com uma maior integração das características sociais e culturais locais; por seu

lado, os espaços receptores procuram vias alternativas de desenvolvimento que permitam reduzir os efeitos negativos do turismo sobre o meio, que assegurem uma mais ampla diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integrem de uma forma harmónica as necessidades dos turistas e as da população local. Estas alterações são consequência de uma crescente sensibilização em relação à qualidade ambiental, conhecidos que são os efeitos de degradação paisagística, ambiental, social e cultural que o turismo de massas provocou em muitos locais.

As alterações na concepção do turismo contemporâneo inscrevem-se num contexto mais amplo: a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável que tornem compatível o desenvolvimento económico com a conservação dos recursos naturais e o incremento da equidade e da justiça social. Neste sentido, a actividade turística, como actividade interdependente de numerosos sectores da economia, tem como única opção a sustentabilidade.

O conceito de Turismo Sustentável (a OMT define-o como um turismo que leva à gestão dos recursos de modo que as necessidades económicas, sociais e estéticas sejam preenchidas, mantendo a integridade cultural e ambiental) parte do conceito mais amplo de Desenvolvimento Sustentável e este aplica-se plenamente a um sector de natureza internacional como é o da actividade turística. No entanto, no Relatório Brundtland, a indústria turística não foi objecto de nenhuma referência significativa. Apesar do seu peso nas trocas comerciais internacionais, o turismo não aparecia como uma preocupação aos olhos dos que iniciaram a reflexão em torno da “sustentabilidade”. Para remediar esta omissão, a OMT decidiu investir na preparação da **Cimeira da Terra no Rio de Janeiro**, em 1992, conseguindo inscrever o turismo na **Agenda 21**.

Embora a OMT viesse a promover desde meados da década de 80 políticas de turismo defensoras do ambiente e da cultura, incluindo propostas metodológicas para a sua implementação, a Cimeira do Rio representou claramente um ponto de viragem na tomada de consciência sobre a necessidade da aplicação de práticas de sustentabilidade ao turismo. Mais tarde, o **Sétimo Encontro da Comissão da União Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável**, em 1999, foi exclusivamente dedicado aos desafios da sustentabilidade no sector do turismo. Ainda em Outubro de 1999, em Santiago do Chile, a OMT adoptou o **Código Mundial de Ética do Turismo**, largamente inspirado na lógica do desenvolvimento sustentável. Todo este trabalho culminou com a preparação da **Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo** e do **Ano Internacional do Ecoturismo**, ambos realizados em 2002.

Na Cimeira de Joanesburgo e no Plano de Implementação que dela resultou, a necessidade de um desenvolvimento sustentável do turismo ganhou uma maior relevância reconhecendo-se, paralelamente, que o turismo pode, em muitos casos, constituir a única actividade susceptível de tirar

do limiar da pobreza muitos países subdesenvolvidos. Convém aqui abrir um parêntese para referir que muitos desses países são pequenos estados insulares e que várias organizações internacionais, reconhecendo a particular fragilidade e limitação de recursos existente e o papel fundamental do turismo na economia das ilhas, têm procurado conceptualizar e implementar medidas de desenvolvimento sustentável do turismo especificamente dirigidas a destinos insulares (nesse sentido realizou-se em Lanzarote, em 1998, uma Conferência sobre Turismo Sustentável em Pequenas Regiões Insulares, seguida de uma Conferência sobre Turismo Sustentável nas Ilhas Mediterrâneas, em Capri, em Maio de 2000, e outra sobre o mesmo tema dirigida às Ilhas da Região da Ásia-Pacífico, em Hainan, em Dezembro de 2000, todas organizadas conjuntamente pela OMT e UNEP).

Na evolução das relações entre Turismo e Desenvolvimento houve, pois, uma transição paulatina desde o domínio dos aspectos socioculturais e económicos do turismo até ao paradigma actualmente omnipresente da sustentabilidade.

Neste contexto, a OMT e outras instituições desenvolveram um conjunto de instrumentos que possibilitam a incorporação dos critérios da sustentabilidade no planeamento, desenvolvimento e gestão do turismo. Alguns exemplos desses instrumentos são: planos de desenvolvimento do turismo sustentável; aplicação da Agenda 21 ao nível local e regional; legislação e regulamentos sobre o uso do território para fins turísticos, integrando este sector no desenvolvimento regional ou local e tornando-o compatível com outros sectores de actividade; regulamentos sobre o uso do património para fins turísticos; planos de gestão de áreas naturais protegidas e sítios arqueológicos; determinação da capacidade de carga de locais turísticos e controlo do respeito desses limites por parte de todos os actores; sistemas de certificação, obrigatórios ou voluntários, de sustentabilidade; por último, mas não menos importante, o estabelecimento de indicadores para medir periodicamente um conjunto de variáveis que afectam a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Indicadores de sustentabilidade do Turismo

Um indicador é, antes de mais, uma variável que pode tomar diversos valores (quantitativos) ou estados (qualitativos); estes valores ou estados podem ser medidos directamente mas, na maior parte dos casos, resultam da análise e processamento de informação de base. Por vezes, este processamento pode atingir um maior grau de complexidade, através de agregações e combinações, dando origem a índices. Assim, indicadores e índices são da mesma natureza, apenas o grau de complexidade os distingue. Por outro lado, o que distingue um indicador da informação básica, é o facto de o indicador carregar em si um significado que transcende o seu valor (por exemplo, a

percentagem de estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural, na oferta de alojamento total, traduz a diversificação da oferta e a aposta num determinado tipo de turismo ligado à natureza e à etnografia). Esta capacidade inerente aos indicadores (embora a simplificação da realidade que a utilização de indicadores representa seja muitas vezes posta em causa) explica o interesse que despertam.

Os indicadores ajudam a sintetizar a informação, a clarificar determinados fenómenos e a quantificar problemas já conhecidos. A sua importância resulta da sua interpretação e do seu uso como ferramenta de análise e diagnóstico.

Um indicador é, pois, algo que nos ajuda a perceber onde estamos, para onde vamos e a que distância nos encontramos de onde queremos estar.

Um bom indicador alerta-nos para os problemas antes de estes serem insolúveis e ajuda-nos a perceber o que é necessário fazer para os resolver.

No início, os indicadores construíram-se com o objectivo de medir a evolução do desenvolvimento económico dos países e estabelecer comparações entre eles. Isto pressupunha considerar o desenvolvimento económico como a base do bem-estar colectivo, que o PNB era suposto medir.

Nos anos 70, entrou-se numa segunda etapa de construção dos indicadores: iniciou-se a construção de indicadores sociais para corrigir o carácter demasiado economicista do PNB e de indicadores ambientais para responder à tomada de consciência da problemática ambiental e à consequente criação de instituições que se ocupavam deste tipo de questões.

Após um arrefecimento no interesse que despertaram, no final dos anos 70 o ambiente e a dimensão ambiental tomaram novamente uma grande importância e tornaram-se alvo de discussão pública generalizada, que se traduziu na emergência do conceito de desenvolvimento sustentável.

Para evitar a inconsistência de muitas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, rapidamente se chegou à conclusão de que era indispensável a elaboração de indicadores nesta área, para verificar o grau de realização dos objectivos propostos. O capítulo 40 da Agenda 21 (sobre a informação para a tomada de decisão), insistindo acerca da necessidade de informação sobre o desenvolvimento sustentável, diz claramente: *“É necessário, pois, elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável, a fim de que eles constituam uma base útil à tomada de decisão a todos os níveis”*.

A bateria de indicadores elaborados no âmbito do desenvolvimento sustentável a partir dos anos 90 é vasta e podem-se distinguir entre dois grandes grupos: os desenvolvidos por grupos de reflexão ligados aos meios académicos e ONG (em que domina a identificação de problemas e a sua selecção e hierarquização, traduzindo orientações científicas originais ou opções ideológicas dos

grupos com os quais os autores trabalham habitualmente) e os trabalhos de organismos governamentais ou internacionais (baseados em tentativas de fornecer novas abordagens do desenvolvimento, mas muito centrados na necessidade de produzir números, o que faz com que se caia no uso excessivo de bases de dados clássicas e que, em vez de indicadores, se chegue a simples justaposições de dados já conhecidos).

Neste contexto, quase não se encontram indicadores relacionados com turismo, o que é compreensível, dada a extensão da problemática do desenvolvimento sustentável.

Apesar de não implicar inovações radicais, o paradigma da sustentabilidade veio, contudo, provocar uma reorientação no planeamento e gestão do turismo. Pode observar-se um processo de convergência entre as diversas abordagens do planeamento, sobretudo a estratégica, e os princípios da sustentabilidade. Surgem assim novas propostas de planeamento e gestão adaptadas ao objectivo do desenvolvimento sustentável, destacando-se entre elas os sistemas de indicadores, como elemento básico e imprescindível da planificação e gestão do turismo sustentável.

Desde há aproximadamente uma década, vários estudos e trabalhos têm sido realizados no sentido de tentar construir Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, quer por parte de Institutos de Estatística, quer por Organizações Internacionais ligadas ao Turismo, Universidades ou entidades governamentais e empresariais, ao nível nacional e local.

Alguns exemplos:

Em **1995-96**, a **OMT** publicou um primeiro guia prático sobre Indicadores de Sustentabilidade do Turismo, embora já desenvolvesse trabalhos nesta matéria desde 1992.

A **ACCOR** (cadeia hoteleira de âmbito mundial) realizou em **1998** um trabalho concreto e prático no sentido de dotar os hotéis de indicadores ambientais que permitissem descrever a sua situação e compará-la com a dos outros.

Em **1999**, **Middleton e Sieber** fizeram um trabalho para a **EEA** (*European Environmental Agency* - Agência Europeia para o Ambiente), entitulado: "*Tourism and the Environment at European Level - a practical framework for assessing the issues with particular reference to Coastal Mediterranean and Alpine Regions*", no qual referiam a impossibilidade de se implementar um sistema de indicadores ao nível da Europa que, numa escala nacional, permitisse a comparação entre os diversos países, porque não são comparáveis ou porque as questões colocadas não são passíveis de produzir resultados estatísticos de confiança. Estes autores defendem que se deveria começar por tentar implementar sistemas de indicadores ao nível local e de grandes destinos turísticos, visando sobretudo grandes hotéis, grandes operadores turísticos e grandes atracções turísticas e só quando houvesse resultados fiáveis para estes sectores se deveria alargar o sistema a outros sectores.

Em **2001**, a **EPA** (Agência Americana para a Protecção do Ambiente) tentou estabelecer um método de construção de indicadores que medissem o impacto económico e ambiental de vários subsectores do turismo (alojamento, restaurantes, transportes e outras actividades ligadas ao turismo como desportos náuticos, golfe, congressos, parques temáticos, etc.); a metodologia apresentada revelou algumas deficiências no sentido de falta de rácios específicos do turismo.

Também em **2001**, a **AFIT** (*Agence Française pour l'Ingénierie Touristique*) realizou um trabalho centrado nos territórios e nos *stakeholders*¹. O cerne do trabalho é uma metodologia para guiar os vários *stakeholders* de um território na direcção de um desenvolvimento mais sustentável, tendo os indicadores, um papel apenas instrumental e secundário. Este trabalho põe em evidência o facto da escolha dos indicadores depender da escala territorial que se está a investigar, isto é, se estamos ao nível internacional, nacional, regional ou local. Os problemas e as prioridades variam, bem como a disponibilidade da informação; quanto menor a escala, maior é a discrepância entre os indicadores propostos por grandes organizações internacionais e a realidade que eles pretendem retratar.

Em **2002**, o **Ministério do Ambiente de Espanha** reuniu especialistas para discutir assuntos relacionados com impacto, responsabilidade do sector do turismo, grau de reversibilidade e extensão do impacto, tendo produzido indicadores ambientais relacionados com turismo, ao nível nacional e para zonas específicas com peso significativo no sector do turismo.

Em **2004**, a **OMT** volta a publicar um guia sobre indicadores de sustentabilidade do Turismo, intitulado: “*Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: a Guidebook*”, que contou com a colaboração de cerca de 60 autores de 20 países, criando uma rede de especialistas na matéria, a nível mundial.

Em **Outubro de 2005**, realizou-se na Foz do Iguaçu (Argentina/Brasil/Paraguai) uma conferência organizada pela **OMT** sob o tema “A Conta Satélite do Turismo (CST): Compreender o Turismo e Desenvolver Estratégias”, em que esteve presente parte da equipa de trabalho do SIET-MAC. Neste fórum, apesar de a maior parte das intervenções ter subjacente a perspectiva económica, o tema da sustentabilidade do turismo foi também abordado, tendo uma das sessões sido exclusivamente dedicada a esta problemática.

Vários países (Canadá, África do Sul, Austrália, Malta, Inglaterra, Espanha, França, etc) desenvolveram indicadores de sustentabilidade do turismo, como resposta a questões e riscos específicos, utilizando para o efeito as recomendações, indicadores e metodologias propostos por grandes organizações como a OMT, a ONU (sobretudo através da sua Comissão para o Desenvolvimento Sustentável) e a Unidade de Turismo da Comissão Europeia. Muitas iniciativas têm

¹ Actores com capacidade de decisão e influência no sector.

sido também tomadas neste sentido ao nível local e regional, como é o caso de parques naturais e pequenas ilhas, cuja economia depende do turismo.

Em Portugal, a Direcção Geral de Turismo, tendo por base as recomendações de organizações internacionais já referidas, estabeleceu alguns indicadores (mais precisamente, 10) que permitem acompanhar e monitorizar a sustentabilidade do turismo.

Ao nível académico, o interesse pelas questões da sustentabilidade do Turismo e da construção de indicadores para a medir tem também crescido, destacando-se, em Portugal, a Universidade do Algarve.

O que está por trás de tanto interesse na construção de IDS (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável) no Turismo? A resposta é: a necessidade de melhorar os mecanismos de controlo do desenvolvimento desta actividade e a medição da sua contribuição. O Turismo é um sector que dispõe de uma informação estatística de base particularmente fraca e as questões colocadas pelas análises no âmbito do desenvolvimento sustentável acrescentam ainda algum grau de incerteza.

Tradicionalmente, medir a *performance* do turismo centrava-se na dimensão económica e financeira e, algumas vezes, laboral da questão. No entanto, as infraestruturas e serviços do turismo, bem como as actividades levadas a cabo pelos turistas, resultam num leque muito mais abrangente de impactos positivos e negativos, desde ambientais a socioculturais. Nos últimos anos assiste-se a uma passagem dos tradicionais indicadores económicos e ambientais para abordagens mais abrangentes, combinando e tentando obter uma maior consistência na ligação entre os aspectos económicos, sociais e ambientais. Assim, as mais recentes abordagens vão no sentido de identificar e medir todo o tipo de impactos que o turismo pode causar numa determinada área ou sociedade, de preferência anteriormente a qualquer desenvolvimento, de modo a garantir que ele se processará de maneira sustentável no longo prazo, em termos económicos, sociais, culturais e ambientais.

No contexto do desenvolvimento sustentável do turismo, os indicadores são conjuntos de informação formalmente seleccionados para serem regularmente usados na medição das alterações produzidas em questões que constituem a chave do desenvolvimento e gestão do turismo num determinado destino.

Existem **diferentes tipos de indicadores**, conforme a sua utilidade para os decisores:

- **Indicadores de aviso** (ex: decréscimo do número de turistas que pensa voltar);
- **Indicadores de pressão sobre o sistema** (ex: aumento da criminalidade);
- **Indicadores de medição do estado do sector** (ex: taxas de ocupação hoteleira);

- **Indicadores de medição do impacto** (ex: índice de urbanização da orla costeira, alterações no padrão de consumo e nível de rendimento das comunidades locais);
- **Indicadores de medição do esforço de gestão** (ex: custo de limpeza da costa);
- **Indicadores de *performance* ou resultados** (ex: alterações nos níveis de poluição, maior número de turistas que repetem a visita, etc.).

Os **principais critérios de selecção** de indicadores de sustentabilidade do turismo são:

- **Relevância** do indicador para a questão em estudo;
- **Exequibilidade** de obter e analisar a informação necessária;
- **Credibilidade** da informação e confiança na informação, por parte dos utilizadores;
- **Clareza** e compreensibilidade para os utilizadores;
- **Comparabilidade** ao longo do tempo e entre diversas regiões.

Apesar destes critérios, é preciso ter presente que o processo de selecção não é puramente técnico; as prioridades na construção dos indicadores estão também dependentes da importância que os *stakeholders* e as entidades governamentais responsáveis pelo turismo de uma determinada região ou país atribuem aos diversos aspectos da sustentabilidade do turismo.

Alguns dos **benefícios da utilização** de bons indicadores são:

- **Melhor tomada de decisão**, no sentido de diminuir os riscos ou os custos;
- **Identificação de riscos emergentes**, permitindo tomar medidas preventivas;
- **Identificação dos impactos**, permitindo tomar, atempadamente, medidas correctivas;
- **Avaliação dos progressos realizados** no desenvolvimento sustentável do turismo, através da medição de *performance* de implementação de planos de desenvolvimento e de acções de gestão;
- **Redução do risco de incorrer em erros de planeamento**, através da identificação de limites e oportunidades;
- **Maior responsabilidade na tomada de decisões**, por parte do governo e dos diversos *stakeholders*, dada a disponibilização de informação credível e consistente;
- **Contínuo melhoramento** devido a uma monitorização constante.

Os indicadores são, pois, uma ferramenta preciosa, mas é preciso não perder de vista que **constituem apenas um dos pilares que suportam o complexo edifício da gestão da sustentabilidade do Turismo. Outros elementos chave**, incluem:

- **Plano do Turismo** – é necessária a existência de um sistema de planeamento e gestão do turismo para utilizar a informação fornecida pelos indicadores e incorporá-la na tomada de decisões;

- **Monitorização** – uma vez identificados, os indicadores devem ser medidos e organizados de modo a tornarem-se úteis aos utilizadores. A sua disponibilização através de meios adequados e a actualização no tempo são fundamentais;

- **Valores-padrão** – os gestores de turismo necessitam de *benchmarks*, para avaliar os resultados dos indicadores. Estes *benchmarks* podem ser limites ambientais, por exemplo, ou valores aceitáveis de modo geral;

- **Responsabilidade** – Cada vez mais o sector do turismo, tal como outros, tende a ser responsabilizado pelos impactes ambientais da sua actividade. A apresentação de relatórios às entidades governamentais e ao público em geral torna-se, pois, uma necessidade.

Dado todo este enquadramento, o que se pode razoavelmente esperar da utilização dos Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo e que objectivos devem ser traçados para melhorar esta ferramenta, num futuro próximo?

Antes da resposta a esta questão, há que estar atento a dois tipos de ilusões ou desvios em relação ao uso de indicadores:

- Uma certa utopia, em que se consideram os indicadores como um instrumento decisivo para o controle da evolução da actividade turística, pondo-a no caminho para o desenvolvimento sustentável – isto pode ser uma ilusão, primeiro porque a ferramenta não é totalmente fiável, tem as suas limitações; por outro lado, porque ela não substitui a decisão política.

- Torna-se necessário que todos os debates sobre o desenvolvimento sustentável, não dêem azo ao aparecimento de *stakeholders* locais que apenas desejam obter subsídios ou criar uma imagem à custa da construção do maior número de indicadores; é necessário relembrar os princípios básicos do desenvolvimento sustentável, sem criar demasiadas expectativas em relação aos indicadores a construir. Todos concordam em que é necessário limitar o número de indicadores, de modo a torná-los facilmente utilizáveis. Este é o principal dilema dos indicadores: por um lado todos querem um sistema o mais completo possível, que descreva a realidade da maneira mais correcta possível; mas, por outro lado, querem que sejam apresentados da forma mais concisa possível, apesar das distorções que isto provoca pela simplificação que é imposta.

Depois destas considerações prévias, **o que se pode fazer para melhorar no futuro** a ferramenta preciosa que os Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo representam?

- **Melhorar a qualidade dos dados que lhes servem de base** (aspecto particularmente importante no sector do Turismo);
- **Recolher novos dados sobre aspectos importantes do desenvolvimento sustentável**, para os quais actualmente ainda não é possível construir indicadores;
- Analisar o que se aprendeu com o trabalho já realizado e **centrar a atenção nos dados ainda inexistentes**, de modo a melhorar os sistemas de informação sobre turismo;
- Tornar os **indicadores mais compreensíveis e “amigáveis” aos utilizadores**;
- **Definir com maior precisão:**
 - os **objectivos** esperados de um sistema de indicadores;
 - os seus **potenciais utilizadores**;
 - a **escala** à qual ele se deve reportar (local, regional, nacional, internacional) e os limites da sua validade;
 - as **notas metodológicas** detalhadas que deveriam acompanhar qualquer publicação.

Para além destes melhoramentos, é preciso estar atento a novas tendências emergentes na investigação sobre sustentabilidade no campo do turismo, o que implica explorar a ligação entre sustentabilidade e turismo à escala global e em relação a aspectos críticos e actuais.

Assim, segundo Ceron (2003), três desafios parecem impôr-se para já, em futuros trabalhos nesta matéria:

- A sustentabilidade de uma actividade só pode ser avaliada a uma escala global. É surpreendente o facto de, embora já se tenham implementado sistemas à escala local ou nacional, nunca se ter tentado fazê-lo à escala global. No entanto, existem dados à escala global (por exemplo: fluxos turísticos, receitas, transportes, impactos ambientais, etc.) que poderiam ser utilizados para avaliar questões tão importantes como o impacto do turismo no aquecimento global ou a sua contribuição para o desenvolvimento. A OMT desde 1996 apoia um programa de implementação de Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para os destinos turísticos; uma avaliação global baseada nesses indicadores, seria outro interessante quadro de referência a explorar;
- Algumas questões críticas precisam de melhores dados. Por exemplo, a relação entre o turismo e o aquecimento global (o turismo contribui para o aquecimento global e este, por sua vez, ameaça o turismo), merecia uma investigação específica, dada a pouca sensibilidade dos *stakeholders* em relação a esta questão. Também a relação entre o turismo e a biodiversidade (questão aflorada

durante o Ano Internacional do Ecoturismo 2002) deveria ser aprofundada e melhor quantificada em termos de indicadores;

- Tendo em conta a tendência recente para a auto-regulação no campo do turismo, através do “ecolabelling” e da certificação, deveria ser dada prioridade à definição dos critérios e valores que permitam controlar a atribuição desses certificados. Nesse sentido, os indicadores não só deveriam permitir avaliar a solidez das marcas já atribuídas, mas também fornecer dados para a elaboração e fixação de novos critérios de atribuição dessas marcas.

Historial do Projecto SIET-MAC

Apresentação

O projecto SIET-MAC (Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia), desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B, teve como parceiros o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), a Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e o Instituto Estatístico das Canárias (ISTAC), sendo este último o chefe de fila deste projecto.

O SIET-MAC teve início em Novembro de 2004 e concluiu-se em Novembro de 2006. No entanto, está prevista a actualização anual dos dados e, como se pretende que o sistema seja dinâmico, poder-se-á proceder à inclusão de novos indicadores ou à exclusão de outros, sempre que tal se justifique.

O Sistema de Indicadores criado no âmbito deste projecto, único para as três regiões, comparável e adaptado às especificidades de cada uma delas, é composto por 33 indicadores que abordam a sustentabilidade do Turismo em várias vertentes: Ambiental, Económica, Sociocultural, Institucional e de Actividade Turística, propriamente dita.

Objectivos

Objectivo Principal:

- Desenvolvimento e manutenção de um Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo, através do qual se possa medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo em cada uma das três regiões envolvidas no projecto.

Objectivos Secundários:

- Dotar as entidades competentes de um instrumento de planeamento e gestão do Turismo, quer ao nível macro, quer ao nível empresarial, que permita modificar a tempo estratégias e decisões tomadas;

- Avaliar comparativamente os efeitos das políticas seguidas em cada uma das regiões, na sustentabilidade do Turismo;
- Sensibilizar todos os actores envolvidos no Turismo (públicos e privados) para a questão da sustentabilidade neste sector e chamar a atenção para o seu carácter interdisciplinar, onde se entrecruzam dados ambientais, económicos, socioculturais e institucionais;
- Apelar à colaboração desses mesmos actores com os Serviços Regionais de Estatística da respectiva Região e à sua participação no projecto, nomeadamente, através de: fornecimento de dados para alimentação dos indicadores; proposta de novos indicadores ainda não contemplados; utilização dos resultados do projecto na tomada de decisões e definição de estratégias.

Principais Etapas

O trabalho desenvolveu-se de acordo com as seguintes etapas:

- Levantamento e análise de fontes disponíveis sobre esta matéria

A equipa de trabalho começou por procurar e estudar publicações e trabalhos existentes sobre este tema, nomeadamente os realizados em regiões, ilhas ou zonas turísticas de Espanha. Esta primeira acção começou por enquadrar a equipa no trabalho a realizar, tendo-se, à medida que se foram analisando os diversos trabalhos, avaliado todos os indicadores existentes nos mesmos. A par disso, compilou-se toda a informação que afecta directa ou indirectamente o sector turístico, assim como o meio ambiente, chegando-se a uma lista inicial de mais de 500 indicadores.

- Definição do esquema conceptual

A primeira necessidade resultante da avaliação da enorme quantidade de informação recolhida foi determinar uma classificação que facilitasse as tarefas de selecção de indicadores, garantindo-se deste modo a inclusão dos pilares fundamentais de sustentabilidade e a composição de um sistema robusto e completo.

Na secção final deste capítulo (Esquema Conceptual do Sistema de Indicadores) apresentam-se os indicadores seleccionados associados à classificação de tema e subtema adoptada.

- Seleccção dos Indicadores

Partindo dessa lista, os organismos de estatística envolvidos neste projecto realizaram reuniões com entidades públicas e privadas ligadas aos sectores do turismo e do ambiente, bem como com *experts* na matéria, com o objectivo de ir reduzindo a lista inicial de indicadores, restringindo-a aos que fossem simultaneamente os mais representativos e exequíveis de calcular para as três Regiões.

Assim, após as discussões realizadas em cada região e as diversas reuniões levadas a cabo entre o SREA, a DREM e o ISTAC, chegou-se a um consenso sobre um conjunto de 33 indicadores.

- Estabelecimento da metodologia de cálculo dos indicadores

Partindo da lista seleccionada havia que averiguar quais os indicadores para os quais já existia informação internamente e aqueles que obrigariam ao desenvolvimento de operações estatísticas próprias para recolha dos dados. Além disso, no primeiro caso, houve ainda que analisar conceitos e metodologias inerentes às variáveis que compunham os indicadores, de modo a apresentar os dados de forma comparável.

- Recolha da informação existente e realização de trabalho de campo, nos casos em que não existia informação

As operações estatísticas realizadas, embora com alguns pontos comuns, foram adequadas às necessidades de informação de cada um dos parceiros. Cada um definiu a metodologia associada a cada operação, nas suas diferentes fases, desde a elaboração dos instrumentos de notação, até à amostra, método de recolha, tratamento e apuramento dos dados.

No quadro abaixo, apresentam-se as principais operações desenvolvidas por cada um dos parceiros, especificamente no âmbito deste projecto:

Quadro 1 – Operações estatísticas desenvolvidas no âmbito do SIET

Operações Estatísticas	Organismo	Tipo de Recolha
Anexo especial do inquérito mensal (Janeiro 2006) à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria	SREA DREM	Via Postal
Sondagem aos Residentes sobre o Turismo na Madeira	DREM	Sondagem por telefone
Inquérito aos Residentes sobre o Turismo nos Açores - 2005	SREA	Entrevista
Inquérito aos Visitantes – 2005/2006	SREA	Entrevista
Encuesta de Satisfacción de la Población Local sobre el Turismo	ISTAC	Inquérito por telefone
Inquérito aos Rent-a-car	SREA DREM	Inquérito por telefone
Inquérito às Agências de Viagens	SREA DREM	Inquérito por telefone

- Elaboração dos Indicadores

Apurada toda a informação necessária, cada região partiu para a construção dos indicadores com base nas variáveis disponíveis, construindo-se, sempre que possível, uma série contínua desde 2000 até ao último ano disponível.

Toda a informação relativa a cada indicador foi colocada numa ficha técnica, definida e desenhada conjuntamente pelos três organismos de estatística, tomando-se como modelos iniciais os já estabelecidos noutros sistemas de indicadores consultados.

Para além do valor que estas fichas têm do ponto de vista técnico, pretende-se que as mesmas sejam um instrumento útil para os utilizadores (investigadores e peritos, instituições públicas e privadas, particulares, etc...) deixando-se em aberto alguma informação de carácter mais subjectivo e sujeito a interpretações distintas (como por exemplo “tendência desejada”). Os organismos de estatística têm por norma oferecer uma visão objectiva da informação que produzem, procurando não fazer este tipo de interpretações.

Nesta página, reproduz-se, a título de exemplo, umas das fichas. A totalidade das mesmas (uma para cada indicador) encontra-se no CD em anexo e no sítio www.siemac.org.



Programa de iniciativa comunitária Interreg III-B Açores – Madeira – Canárias
Sistema de Indicadores Estatísticos de Sustentabilidade do Turismo (SIET-MAC)



D.1.2 - VISITANTES A LUGARES DE INTERESSE TURÍSTICO				
ÁREA (TEMA)			SUBÁREA (SUBTEMA)	
Sociedade e Cultura			Demografia	
Âmbito	<input checked="" type="checkbox"/> Região da Macaronésia	<input type="checkbox"/> Canarias	<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Açores
Descrição	Número de turistas em relação aos residentes que efectuam visitas a locais definidos por cada região de interesse turístico, por mês.			
Objetivo	Medir a pressão dos turistas sobre os lugares de interesse turístico em comparação com as visitas a esses lugares feitas pelos residentes.			
Fórmula	Turistas que visitam lugares de interesse turístico em relação ao total de visitantes.	Unidade de medida	Porcentagem (%).	
Valor de referência	Média	Mínimo	Máximo	Tendência desejada
Evolução nos últimos anos				
Periodicidade de cálculo	Quinquenal			
Relação com outros indicadores do sistema	B.1.2 Qualidade da oferta hoteleira			
RELEVÂNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE				
O número de visitas realizadas pelos turistas a lugares de interesse turístico está relacionado com a sustentabilidade do destino numa vertente dupla. Por um lado, mostra a pressão atribuível ao turismo sobre os lugares de interesse turístico, tendo que se avaliar a pressão que aquele exerce sobre esses lugares, estabelecendo-se, caso seja necessário, restrições e outras medidas para diversificar a oferta e reduzir essa pressão. Por outro lado, a afluência de turistas a estes lugares é um reflexo da atracção do destino turístico, o que incrementará o nível de satisfação e fidelizará os turistas.				
INTERPRETAÇÃO				
Este indicador estabelecerá a evolução das visitas recebidas pelos lugares de interesse turístico. Pode-se relacionar com a qualidade da oferta hoteleira para medir a atractividade do destino.				
OBSERVAÇÕES				
Este indicador apresenta uma limitação para o cálculo já que unicamente podem ser contabilizadas as visitas àqueles lugares de interesse turístico que tenham estabelecido mecanismos de contabilização dos acessos. Consequentemente traz dificuldades de comparação entre as regiões.				

FONTES E DADOS

DADO 1: Peso de turistas que visitam lugares de interesse turístico						
FONTE ESTATÍSTICA	Direcção Regional de Estatística.					
PERIODICIDADE	Quinquenal		HISTÓRICO		2005	
ÂMBITO	<input type="checkbox"/> Municipal	<input type="checkbox"/> Insular	<input checked="" type="checkbox"/> Regional	<input type="checkbox"/> Nacional	<input type="checkbox"/> Europeu	<input type="checkbox"/> Macaronésia
TIPO DE RECOLHA	Registo administrativo		Recolha exaustiva		Recolha por amostragem	
SUPORTE	<input checked="" type="checkbox"/> Papel		<input checked="" type="checkbox"/> Digital		<input type="checkbox"/> Web	

- Validação dos resultados obtidos pelas três Regiões

Nesta fase realizou-se um controlo de qualidade dos valores calculados, tendo-se verificado cuidadosamente os cálculos inerentes a cada um dos indicadores e procedido à comparação entre os dados das três regiões, para detectar alguma eventual incoerência.

- Difusão dos resultados

O sistema de indicadores resultante do SIET está a ser divulgado por três vias:

↪ Colocação da informação em www.siemac.org, um sítio na web onde se apresentam os projectos partilhados pelos Serviços de Estatística das Canárias, Madeira e Açores no âmbito do Programa INTERREG III-B, entre os quais o SIET-MAC. No que toca a este projecto, são apresentados todos os indicadores de turismo sustentável, podendo-se consultar os dados por ano e desagregação geográfica pretendida (arquipélago, ilhas). É possível ainda aceder às fichas técnicas anexas a cada indicador.

↪ Realização de apresentações públicas do SIET-MAC, na cidade da Horta, Faial - Açores e no Funchal-Madeira. A primeira ocorreu no dia 23 de Junho de 2006 tendo cada organismo de estatística feito a sua intervenção. Neste seminário abordou-se de forma geral o projecto e seus objectivos, tendo-se enquadrado a temática do turismo sustentável na realidade regional e apresentado os dados. Durante esta sessão foi distribuído um folheto desdobrável, com a apresentação do projecto e os principais indicadores.

No Funchal no dia 24 de Novembro de 2006, abordou-se também o projecto SIET-MAC, no âmbito de um workshop organizado pela DREM subordinado ao tema, “Os desafios da Estatística na Sociedade da Informação”. Além de um breve historial do projecto, mostrou-se também de que forma podiam os utilizadores consultar toda a informação relacionada com o SIET-MAC.

↳ Edição da presente publicação, que se divide em três partes fundamentais: enquadramento teórico da questão da sustentabilidade no turismo; descrição sucinta dos objectivos e historial do projecto e apresentação dos resultados de cada indicador, acompanhada de uma breve análise. A publicação inclui um CD, que contém as fichas técnicas de cada indicador (onde constam, entre outros itens, a fórmula de cálculo de cada indicador, as variáveis associadas, as referências às fontes primárias dos dados e pequenas notas sobre a importância do mesmo e a sua interpretação) e a própria publicação em formato pdf.

- Acompanhamento e manutenção do projecto

Como já foi atrás referido, pretende-se que o SIET-MAC seja um projecto dinâmico. Além de se proceder à actualização regular dos indicadores de acordo com a periodicidade proposta (nunca inferior a um ano), serão equacionadas eventuais alterações nos indicadores de acordo com o *feedback* recebido, quer de organismos públicos, quer de privados e também de utilizadores particulares. Fomentar o diálogo com todos os actores do turismo, para que seja possível a manutenção do sistema de indicadores e o seu melhoramento é considerado um elemento essencial. Ao mesmo tempo, terá de ser garantida a consistência metodológica dos dados apresentados, dada a possibilidade de haver alterações nas operações estatísticas que lhes servem de base, bem como alterações nos conceitos subjacentes.

A publicitação do projecto e dos seus resultados será também uma preocupação permanente, pretendendo-se que estes sejam cada vez mais utilizados nos vários níveis de tomada de decisão.

Por fim, é de referir que um dos pontos fortes deste projecto é o de permitir a comparabilidade das regiões para um número significativo de indicadores. Apesar disso, foi decidido que cada região poderá, para além dos indicadores comuns, criar e desenvolver indicadores específicos que sejam considerados relevantes para o seu território.

Ferramentas de Trabalho

As principais ferramentas utilizadas no cálculo dos indicadores foram:

- Dados estatísticos já existentes nos serviços regionais de estatística;
- Dados obtidos por meios administrativos;

- Dados obtidos através de trabalho de campo, isto é, a partir de inquéritos específicos concebidos e desenvolvidos no âmbito deste projecto (inquéritos dirigidos a particulares, nomeadamente, Turistas e Residentes e a Empresas - Estabelecimentos Hoteleiros, Rent-a-cars e Agências de Viagens).

Esquema Conceptual do Sistema de Indicadores

Desde o início esteve presente a noção de que a sustentabilidade do Turismo está relacionada não apenas com a actividade turística propriamente dita, mas também com os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais do Turismo na Região em estudo. Nesse sentido foram seleccionados vários temas e subtemas e os indicadores foram agregados dentro de cada um deles, como se segue:

Quadro 2 – Lista de temas, subtemas e indicadores criados no âmbito do SIET

Temas	Subtemas	Indicadores
Economia	Emprego	Emprego no sector turístico; Grau de Qualificação
	Rentabilidade	Peso do Turismo na Economia
	Investimento	Investimento Público e Privado em Turismo
	Preços	Evolução dos Preços Turísticos
Actividade Turística, propriamente dita	Oferta	Densidade; Qualidade; Turismo em Espaço Rural
	Procura	Estada média; Afluência; Segmentação; Mercados Emissores; Gasto Turístico; Perfil do turista; Distribuição territorial, Sazonalidade
Meio Ambiente	Qualidade/Satisfação	Estabelecimentos com certificação de qualidade; Grau de satisfação dos turistas; Fidelidade dos turistas
	Paisagismo	Espaços naturais protegidos; Grau de naturalidade do meio
	Gestão Ambiental	Qualidade das águas de banho marítimas; Consumo de água atribuível aos turistas; Consumo de electricidade atribuível aos turistas; Produção de resíduos sólidos atribuível aos turistas; Índice de motorização atribuível ao turismo; Superfície de costa urbanizada
Sociedade e Cultura	Demografia	Pressão dos turistas sobre a população; Visitantes a lugares de interesse turístico
	Indicadores da Comunidade Local	Rácio de utilização das infraestruturas hoteleiras pelos residentes; Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região; Nível de satisfação da população local
Institucional		Planos e Programas com incidência em Turismo e Sustentabilidade

A. ECONOMIA



A. Economia (Emprego, Rentabilidade, Investimento e Preços)

Neste capítulo apresentam-se cinco indicadores através dos quais se pretende caracterizar, de uma forma clara e objectiva, o impacto do turismo na economia, estabelecendo uma ligação entre as políticas no âmbito do turismo e o desenvolvimento económico sustentável.

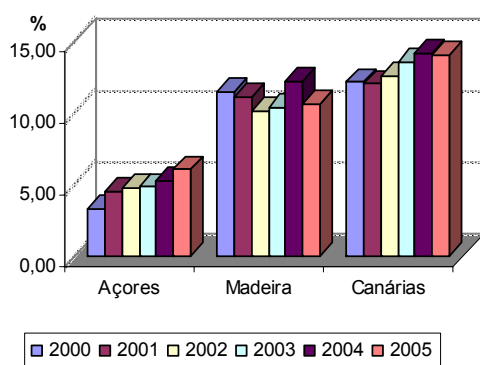
Os indicadores seleccionados neste tema foram:

- ❑ Emprego no sector turístico – trata-se de um dos factores que exerce uma importante influência no desenvolvimento sustentável, tanto numa perspectiva económica como do ponto de vista social. A capacidade económica da população é determinada, em grande parte, pela sua situação laboral e o acesso ao emprego é determinante nos processos de integração social.
- ❑ Grau de qualificação do mercado de trabalho turístico – indicador através do qual se pretende avaliar o nível de competência do pessoal ao serviço no sector turístico, que revela o grau de profissionalismo no âmbito da gestão e serviço turístico. Isto poderá repercutir-se no nível de satisfação do turista, o que por sua vez influenciará o sucesso do destino a médio e longo prazo.
- ❑ Peso do turismo na economia da região – indicador que tem como objectivo determinar o grau de dependência de cada região em relação ao sector do Turismo.
- ❑ Investimento no turismo – o objectivo é caracterizar a regularidade dos fluxos de investimento público e privado, essenciais à modernização e desenvolvimento deste sector.
- ❑ Evolução dos preços turísticos – o nível e a evolução dos preços é um factor a ter em conta, dada a correlação existente entre um aumento excessivo dos preços turísticos e a recessão no consumo dos produtos e serviços turísticos.

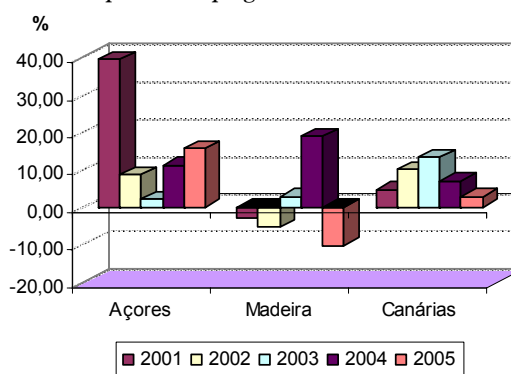
A.1.1 Emprego no Sector Turístico

Tendo em conta as limitações de informação económica existentes nas três regiões, foi considerado como sector turístico apenas o sector da hotelaria e restauração (CAE-Rev 2.1, grupo 55, secção H – Alojamento e Restauração). A insuficiente desagregação da contabilidade regional não permite, para já, considerar, para efeitos de cálculo, outras actividades características do turismo, tais como: aluguer de veículos, agências de viagens, etc. Tal será possível com o desenvolvimento de uma Conta Satélite do Turismo, projecto que está em curso.

Gráf. 1 - Emprego no sector turístico relativo ao total de emprego



Gráf. 2 - Taxa de variação interanual do número de pessoas empregadas no sector turístico



Analisando os gráficos 1 e 2 verifica-se que, entre 2000 e 2005, a percentagem de população empregada no sector turístico dos Açores e das Canárias revela uma tendência crescente, mais acentuada no arquipélago português. Na Madeira observam-se algumas ligeiras oscilações de ano para ano, em torno dos 11% do total da população empregada.

As Canárias, com um mercado turístico mais vasto, são a região que mais se destaca na capacidade de criação de emprego no sector turístico, atingindo, em 2005, 14,13% da população empregada, seguido da Madeira e Açores, com percentagens de 10,66% e 6,08%, respectivamente.

A partir do quadro 3 verifica-se que, em termos absolutos, em 2005, o alojamento e a restauração empregavam cerca de 118 mil pessoas nas Canárias, 12 mil na Madeira e 6 mil nos Açores.

Nos últimos cinco anos as Canárias ganharam mais 35 000 empregados no sector turístico, enquanto os Açores, em 2005, empregavam o dobro das pessoas comparativamente a 2000. Na Madeira, o número manteve-se estável.

Na leitura destes dados, deverá ter-se em conta que a população activa das Canárias é oito vezes superior à das duas regiões portuguesas em análise.

Quadro 3 - Emprego no sector turístico

Ano	Percentagem de emprego no sector turístico relativo ao total de emprego			N.º de pessoas empregadas no sector turístico			Evolução anual do número de pessoas empregadas no sector turístico			Taxa de variação interanual do número de pessoas empregadas no sector turístico		
	Açores	Madeira	Canárias	Açores	Madeira	Canárias	Açores	Madeira	Canárias	Açores	Madeira	Canárias
2000	3,35	11,53	12,25	3 219	12 429	82 477	-190	1 225	x	-5,57	10,90	x
2001	4,56	11,20	12,10	4 487	12 054	86 245	1 268	-375	3 767	39,39	-3,02	4,57
2002	4,83	10,19	12,63	4 876	11 404	94 765	389	-650	8 520	8,67	-5,39	9,88
2003	4,87	10,43	13,61	4 974	11 716	107 287	98	312	12 522	2,01	2,74	13,21
2004	5,27	12,27	14,24	5 533	13 924	114 850	559	2 208	7 562	11,24	18,85	7,05
2005	6,08	10,66	14,13	6 404	12 489	118 087	871	-1 435	3 237	15,74	-10,31	2,82

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Emprego da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Emprego na Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Instituto Nacional de Estadística (INE): *Encuesta de Población Activa (EPA)*

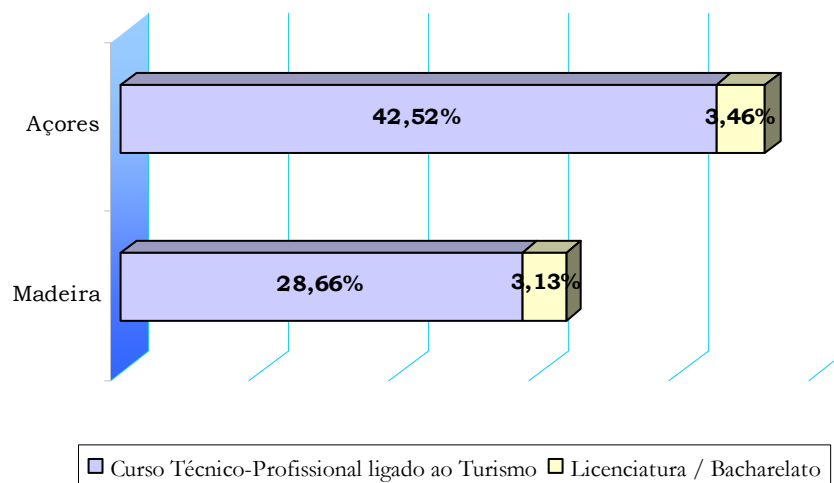
A.1.2 Grau de Qualificação do Mercado de Trabalho Turístico

Estando a formação do pessoal ao serviço directa ou indirectamente relacionada com o grau de profissionalismo dos trabalhadores e com a satisfação dos turistas, procurou-se saber junto dos estabelecimentos hoteleiros o número de pessoas qualificadas² nesta actividade.

O empenho na especialização e na profissionalização repercute-se numa melhoria do atendimento e da qualidade dos produtos, bem como num aumento da qualidade e eficácia dos serviços, que constituem um dos pilares da sustentabilidade do sector.

² É considerado qualificado todo o pessoal ao serviço no sector hoteleiro com cursos técnico-profissionais ligados ao turismo, bacharelato e licenciatura.

Gráf. 3 - Pessoal ao serviço qualificado em 2006



Da inquirição levada a cabo junto dos estabelecimentos hoteleiros, verificou-se que nos Açores quase metade (46%) do pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros é qualificado, enquanto a Madeira aparece com um valor próximo dos 31%. No entanto, estes resultados devem ser lidos com cautela, pois um dos alicerces do turismo madeirense é a qualidade do serviço hoteleiro oferecido e, pela dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros madeirenses, depreende-se que haja formação interna que não se enquadra nas categorias de qualificação que constam deste indicador.

Por agora, as Canárias não dispõem de dados para este indicador.

Quadro 4 - Pessoal ao serviço com formação superior ou formação em turismo

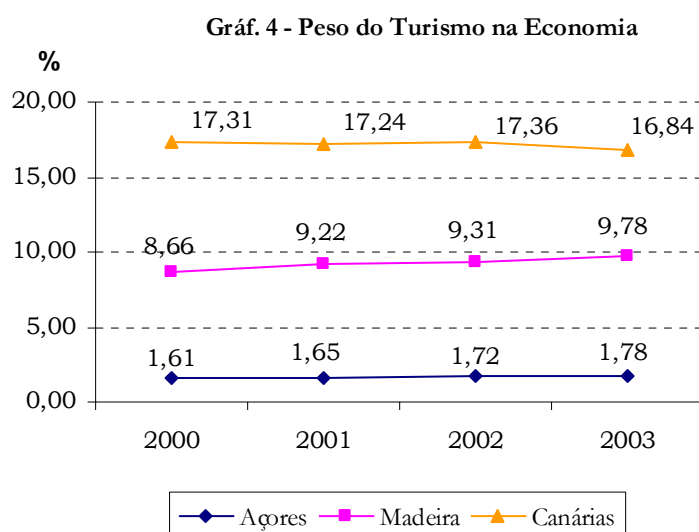
Pessoal ao Serviço	2006			
	Açores		Madeira	
	n.º	%	n.º	%
Total com Formação Superior ou Formação em Turismo	704	45,98	2 102	31,79
Curso Técnico-Profissional ligado ao Turismo	651	42,52	1 895	28,66
Licenciatura / Bacharelato	53	3,46	207	3,13

Fonte Açores: SREA, *Anexo especial ao Inquérito Mensal à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (Janeiro de 2006)*

Fonte Madeira: DREM, *Anexo Especial do Inquérito Mensal à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (Janeiro 2006)*

A.2.1 Peso do Turismo na Economia da Região

Com o objectivo de determinar a dependência que cada região apresenta em relação ao sector turístico, através deste indicador, tentou-se aferir o peso que os bens e serviços produzidos pelo turismo têm na economia regional. Para tal, utilizou-se o VAB³ do sector turístico sobre o VAB total. À semelhança do que sucedeu com o indicador anterior, devido a limitações de informação disponível apenas se considera para esta análise o sector da hotelaria e restauração.



Fonte Açores: INE, *Contas Regionais (base 1995)*

Fonte Madeira: INE, *Contas Regionais (base 1995)*

Fuente Canarias: Instituto Nacional de Estadística (INE): *Contabilidad Regional de España, (base 2000)*

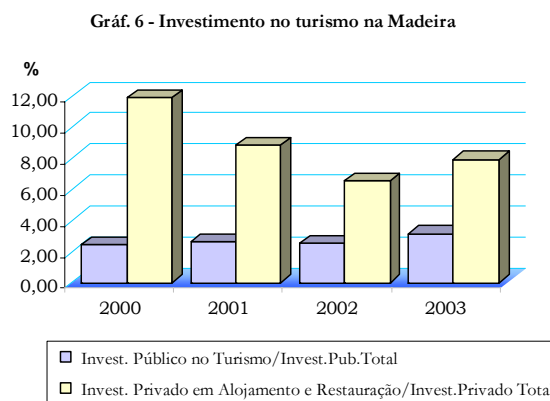
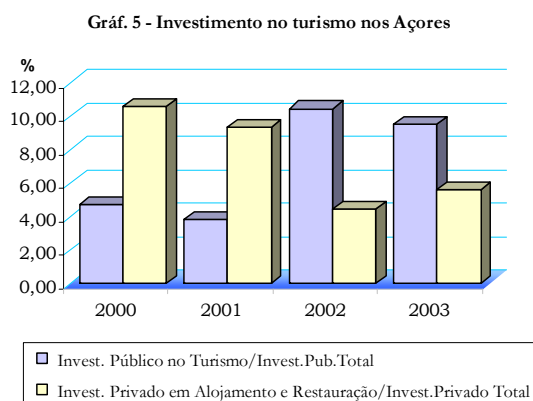
A partir da leitura do gráfico 4, é evidente o maior peso do sector turístico nas regiões que têm maior tradição turística: primeiro as Canárias, depois a Madeira e por último, os Açores. Observa-se uma tendência ligeiramente crescente nas regiões portuguesas (com uma variação de +1,12 pontos percentuais para a Madeira e +0,17 pontos percentuais para os Açores, em 2003, face ao ano de 2000), enquanto que nas Canárias o peso manteve-se estável (é preciso ter em conta que o dado de 2003 é provisório).

Tal como foi referido para o indicador A.1.1, uma medição mais exacta deste indicador será possível uma vez obtido o “real” VAB turístico, através das Contas Satélite do Turismo, que se encontram em fase de elaboração pelas três regiões.

³ O Valor Acrescentado Bruto (VAB) corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui, em recursos, a produção e, em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo.

A.3.1 Investimento no Turismo

Por questões metodológicas, optou-se por dividir este indicador em duas vertentes: uma relacionada com o peso do investimento privado⁴ na CAE 55 (alojamento e restauração) no investimento privado total e outra correspondente ao peso do investimento e despesa pública no sector do turismo⁵ no total da despesa e investimento públicos.



A manutenção das características de destino de qualidade e diversificação de mercados e produtos tem sido uma preocupação constante, tanto do sector privado como do sector público. Nos Açores, em 2003, o investimento em turismo representava, aproximadamente, 10% do investimento público e 6% do investimento privado; em contrapartida, na Madeira, representava cerca de 3% do investimento público e 8% do privado.

Este indicador poderá reflectir o diferente estágio de evolução das duas regiões portuguesas relativamente ao turismo. Enquanto que a Madeira é um destino turístico consolidado, os Açores estão na fase de criação de um destino, com a aposta no turismo a afirmar-se e em que o investimento público é fundamental.

⁴ Calculado através da Formação Bruta de Capital Fixo – engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos não produzidos obtidos através da actividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período de um ano.

⁵ Para a Madeira, efectuou-se o cálculo utilizando o valor do investimento e despesa de desenvolvimento do PIDDAR - inclui o financiamento regional (não co-financiado; contrapartida interna) e o financiamento comunitário, apresentando no sector turístico projectos relacionados com a promoção turística; Estudos, planeamento e informação turística; animação e acontecimentos especiais; e construção e recuperação de infra-estruturas de apoio turístico. Corresponde ao montante resultante do somatório das despesas pagas no âmbito dos projectos da responsabilidade dos serviços simples do Governo. Para os Açores, utilizou-se as contas do Relatório de Execução do Plano do Governo Regional e Outros Fundos (PRODESA-Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores), Fundo de Coesão, PRAI- Plano Regional de Acções Inovadoras e INTERREG III B.

Quadro 5 - Peso do Investimento em Turismo (%)

Ano	Açores		Madeira	
	Invest. Público no Turismo/Invest.Pub.Total	Invest. Privado em Alojamento e Restauração/Invest.Privado Total	Invest. Público no Turismo/Invest.Pub.Total	Invest. Privado em Alojamento e Restauração/Invest.Privado Total
2000	4,70%	10,53%	2,42%	11,88%
2001	3,82%	9,33%	2,62%	8,85%
2002	10,44%	4,48%	2,55%	6,51%
2003	9,52%	5,59%	3,13%	7,92%
2004	15,89%	X	2,24%	X

x = Dado não disponível

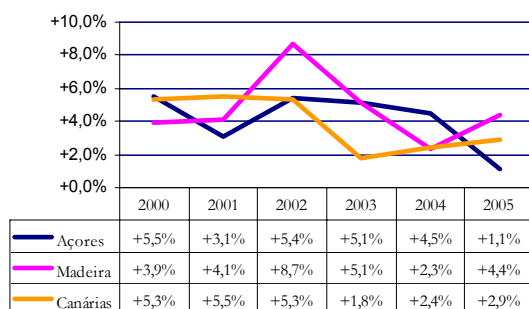
Fonte Açores: INE, *Contas Regionais (base 1995)*; DREPA, *Relatório de Execução do Plano do Governo Regional e Outros Fundos (PRODESA- Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores)*, Fundo de Coesão, PRAI- Plano Regional de Acções Inovadoras e INTERREG III B; Secretaria Regional da Economia

Fonte Madeira: INE, *Contas Regionais (base 1995)*; Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, *PIDDAR – Relatório de execução do programa de investimento e despesa de desenvolvimento da Administração Autónoma da Madeira*

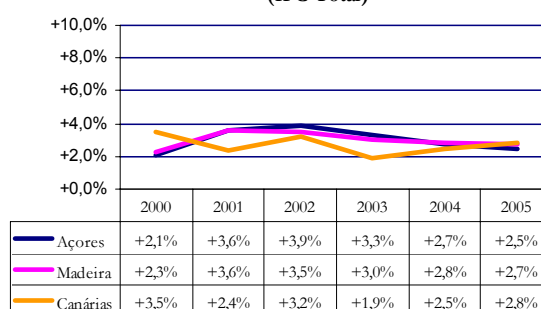
A.4.1 Evolução dos Preços Turísticos

Face à inexistência, nas três regiões em causa, de um IPCT (Índice de Preços no Consumidor Turístico), utilizou-se neste indicador o índice de preços de um cabaz de produtos ligados ao sector turístico (classe 11 - “Restaurantes e Hotéis”), que faz parte do IPC. O objectivo é medir a evolução, no tempo, dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados turísticos,⁶ praticados nos estabelecimentos hoteleiros, cafés e restaurantes, em cada região e confrontá-la com a evolução observada nos preços do conjunto de produtos constantes do Índice de Preços Total (IPC), que é representativo da estrutura de consumo da população residente nessa região.

Gráf. 7 - Evolução dos preços turísticos (IPC-Hotelaria e Restauração)



Gráf. 8 - Evolução do índice de preços no consumidor (IPC-Total)



Fonte Açores: SREA, *IPC - Índice de Preços no Consumidor*

Fonte Madeira: DREM, *IPC- Índice de Preços no Consumidor*

Fonte Canárias: Instituto Nacional de Estadística (INE). *Índice de Precios de Consumo (IPC)*

⁶ Inclui apenas os produtos referentes à classe 11 “Restaurantes e Hotéis” composto pelo grupo 111 “Serviços e Refeições” e 112 “Serviços de Alojamento”, subgrupo 1111 “Restaurantes, cafés e estabelecimentos similares” e 1112 “cantinas”, repartido pelos sub subgrupos 11111 “Restaurantes e estabelecimentos similares (pizza, sopa, “fast food” menu, etc.) e 11112 “Cafés e estabelecimentos similares” (cafés, água, gelado, sumo, pastéis de nata, rissóis, croissant, etc.).

A partir da leitura dos gráficos 7 e 8, verifica-se que ao longo do período em análise e, em particular, em 2005, a taxa de variação média foi mais elevada na região da Madeira (+4,4%), do que nas outras regiões (+2,9% nas Canárias e +1,1% nos Açores).

Por outro lado, comparando a evolução da classe 11 do IPC, Restaurantes e Hotéis, com a taxa de inflação global, verifica-se que, regra geral as variações de preços naquela classe são superiores à média, em qualquer das três regiões em análise.

B. TURISMO SUSTENTÁVEL



B. Turismo Sustentável (Oferta, Procura e Satisfação)

A correcta gestão do desenvolvimento da actividade turística, garantindo que os seus efeitos sejam os mais benéficos, sem acarretar consequências prejudiciais quer a nível social quer ambiental, é um factor essencial à sustentabilidade do sector. Neste capítulo pretende-se caracterizar de uma forma clara, segundo diferentes parâmetros (oferta, procura e satisfação), a actividade turística nas três regiões da Macaronésia.

Os objectivos associados aos indicadores seleccionados no âmbito deste tema, são, resumidamente:

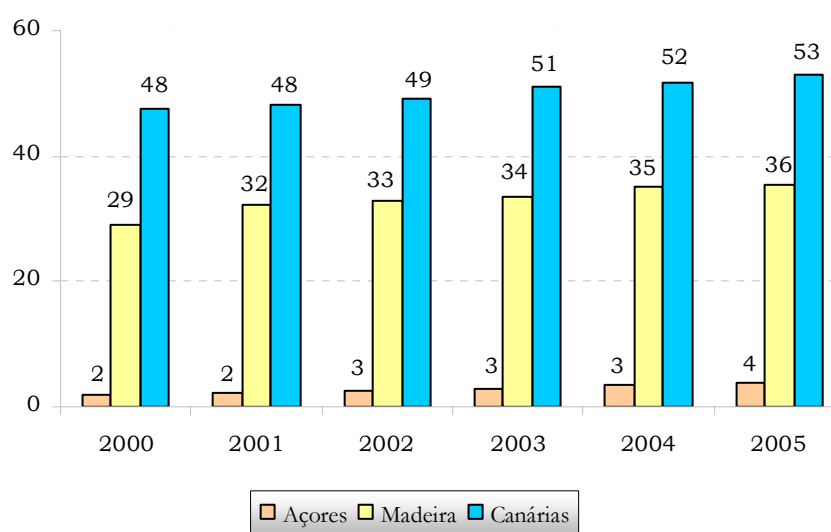
- ❑ Densidade da Oferta Hoteleira – medir o grau de concentração hoteleira desde o ponto de vista da oferta.
- ❑ Qualidade da Oferta Hoteleira – avaliar a qualidade da oferta de alojamento.
- ❑ Turismo em Espaço Rural – aferir a existência ou não de uma alternativa ao turismo tradicional, que se traduz na diversificação da oferta de alojamento.
- ❑ Estada Média por Turista – caracterizar a procura turística, do ponto de vista da duração da estada na Região, que está directamente relacionada com o impacto tanto social como ambiental que o desenvolvimento turístico pode ocasionar.
- ❑ Densidade da Procura Turística – medir a pressão exercida pelos turistas sobre o território.
- ❑ Distribuição da Procura Turística por Segmentos – conhecer os interesses e preferências dos turistas, através da quantificação do motivo principal que os trouxe à Região.
- ❑ Dependência dos Principais Mercados Emissores – contribuir para a definição de melhores estratégias turísticas, através de uma melhor adaptação dos interesses e preferências do mercado turístico.
- ❑ Gasto Turístico – conhecer os gastos que os turistas efectuam no destino, enquanto reflexo do nível de oferta existente.
- ❑ Perfil do Turista – determinar qual a característica predominante dos turistas que nos visitam, para assim orientar o sector turístico.

- ❑ Distribuição Territorial dos Turistas por Ilhas – medir o grau de concentração dos turistas no território em análise.
- ❑ Sazonalidade da Procura Turística – avaliar a distribuição mensal do número de turistas ao longo do ano.
- ❑ Estabelecimentos com Sistema Certificado de Qualidade e Gestão Ambiental – aferir o grau de adequação e sensibilização dos estabelecimentos hoteleiros em relação à introdução de requisitos de gestão da qualidade e meio ambiente, com vista a uma melhoria contínua.
- ❑ Grau de Satisfação dos Turistas – perceber o grau de satisfação dos turistas relativamente ao destino.
- ❑ Fidelidade dos Turistas – aferir a fidelidade dos turistas ao destino, por forma a obter um dado adicional acerca da atractividade da região.

B.1.1 Densidade da Oferta Hoteleira

Associada a um conjunto de recursos turísticos, a capacidade de alojamento⁷ reflecte, ao nível da oferta, a concentração de estabelecimentos hoteleiros e afins num determinado território. Para a avaliação da densidade da oferta turística nas regiões da Macaronésia, considerou-se o número de camas em estabelecimentos turísticos oficiais⁸ relativamente à superfície de cada região.

Gráf. 9 - Capacidade de Alojamento por km²



Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da RAA*; PROTA - *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*, IGP, Carta Administrativa de Portugal (CAOP) versão 4.0

Fonte Canárias: Consejería de Turismo; Instituto Geográfico Nacional

Observando a evolução da capacidade de alojamento por km² através do gráfico 9, verifica-se que no período de 2000 a 2005, se registou um acréscimo na ordem dos 100% para os Açores, 24,1% para a Madeira e 10,4% para Canárias.

Em termos absolutos, as Canárias apresentam em todos os anos observados a densidade de oferta turística mais elevada (cerca de 50 camas por km²), seguidas da Madeira (entre 29 e 36 camas por km²) e, finalmente, os Açores (entre 2 e 4 camas por km²).

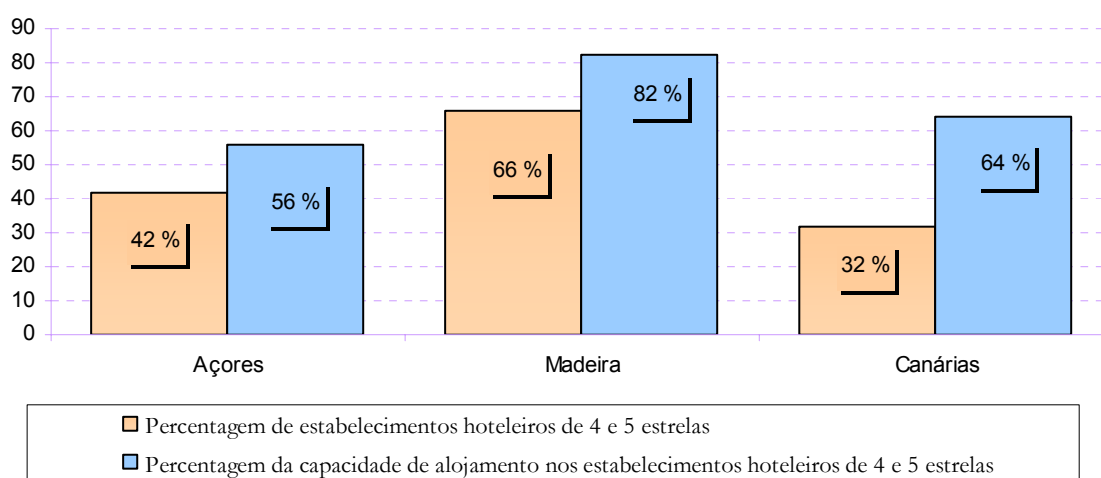
⁷ A capacidade de alojamento é o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros e afins podem alojar num determinado momento ou período, determinado através do número de camas existentes, considerando como duas as camas de casal. O cálculo corresponde à média anual da capacidade de alojamento.

⁸ Foi considerada a média anual da capacidade de alojamento nos hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, estalagens, pensões, turismo no espaço rural, moradias turísticas e as colónias de férias e as pousadas da juventude.

B.1.2 Qualidade da Oferta Hoteleira

Num mercado turístico onde se exige uma cada vez maior qualidade nos serviços prestados, pretende-se através deste indicador medir a qualidade da oferta hoteleira⁹ através da concentração de estabelecimentos classificados com 4 e 5 estrelas, no total dos estabelecimentos hoteleiros, quer em termos de número de estabelecimentos, quer de capacidade de alojamento.

Gráf. 10 - Qualidade da oferta hoteleira no ano de 2005



Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Consejería de Turismo

A partir do gráfico 10 é possível concluir que existe maior concentração da oferta hoteleira de qualidade (estabelecimentos de 4 e 5 estrelas) na Madeira, quer em termos de número de estabelecimentos, quer de capacidade de alojamento, com 66% de estabelecimentos e 82% da capacidade de alojamento.

Nas Canárias, o diferencial existente entre a percentagem de estabelecimentos e a percentagem de capacidade de alojamento de qualidade, indicia uma grande concentração de estabelecimentos de 4 e 5 estrelas entre os estabelecimentos de maior dimensão, sendo os restantes (a maior parte) de categoria inferior.

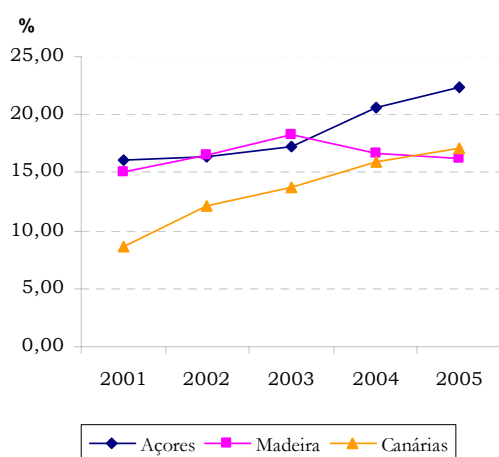
⁹ Para o cálculo foram considerados todos os estabelecimentos classificados com estrelas: hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos-turísticos e estalagens.

Relativamente aos Açores, verifica-se que o diferencial das percentagens apresentadas nos dois critérios é inferior ao calculado para as Canárias, traduzindo uma maior uniformidade na distribuição da qualidade.

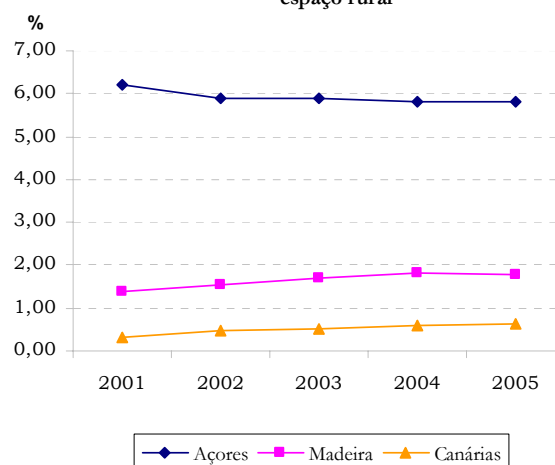
B.1.3 Turismo em Espaço Rural

O turismo em espaço rural¹⁰ (TER), enquanto indicador, traduz a aposta na diversificação da oferta e num tipo de turismo alternativo, mais “amigo” do ambiente.

Gráf. 11 - Percentagem de estabelecimentos no turismo em espaço rural



Gráf. 12 - Percentagem de camas no turismo em espaço rural



Quadro 6 - Estabelecimentos em Turismo no Espaço Rural

Região	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
Açores	12	8,40	33	16,10	35	16,40	42	17,20	51	20,60	56	22,30
Madeira	26	13,83	31	15,12	38	16,59	43	18,22	44	16,67	44	16,24
Canárias	x	x	240	8,64	344	12,11	397	13,73	483	15,95	522	17,08

Quadro 7 - Capacidade de Alojamento

Região	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
Açores	147	3,40	317	6,20	354	5,90	408	5,90	463	5,80	531	5,80
Madeira	279	1,20	358	1,40	417	1,53	471	1,69	523	1,80	526	1,79
Canárias	x	x	1 122	0,31	1 683	0,46	1 954	0,51	2 281	0,59	2 485	0,63

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Consejería de Turismo

¹⁰ Turismo em espaço rural: conjunto de actividades e serviços de alojamento e animação de natureza familiar, realizados e prestados a turistas, mediante remuneração, no espaço rural. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem: “turismo de habitação”, “turismo rural”, “agroturismo”, “turismo de aldeia”, “casa de campo”, “hotéis rurais” e “parques de campismo rurais”.

Analisando os quadros e gráficos apresentados (gráficos 11 e 12 e quadros 6 e 7), verifica-se que, embora o turismo no espaço rural tenha uma dimensão maior em valores absolutos nas Canárias, é nos Açores que este tipo de alojamento ocupa um peso mais significativo no total da oferta de alojamento, sobretudo, e de maneira crescente, a partir de 2001.

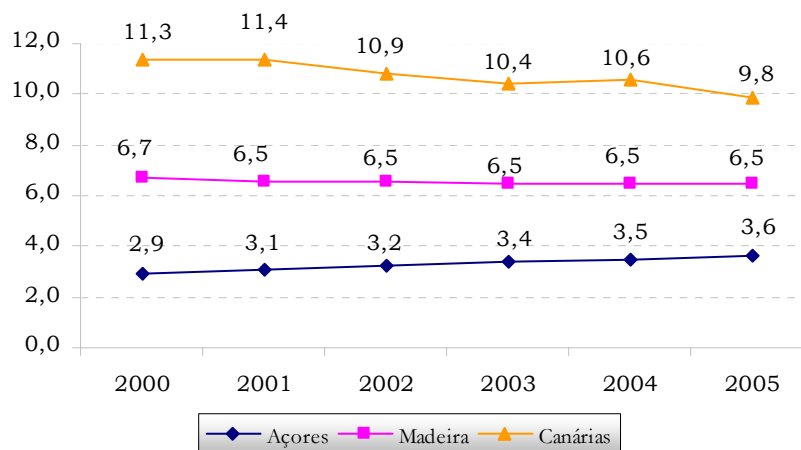
No período em análise, verificou-se um aumento da capacidade de alojamento TER nas três regiões: nos Açores o número de camas existentes mais do que triplicou, enquanto que as Canárias e a Madeira viram duplicar a capacidade de alojamento TER, naquele período.

B.2.1 Estada Média Por Turista

Este indicador tem por objectivo avaliar a atractividade de determinada região a partir da quantificação do número de dias que um turista passa em média nessa região.

Na leitura destes resultados dever-se-á ter em conta o facto de no caso dos Açores e da Madeira, se utilizar a estada média dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros e afins¹¹, dada a inexistência de informação precisa e permanente sobre a estada média dos turistas na região.

Gráf. 13 - Estada média por turista



Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canárias*

¹¹ Corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, nos seguintes alojamentos: estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, estalagens, pensões), turismo em espaço rural, moradias turísticas (casas de hóspedes e alojamentos particulares), pousadas e colónias de férias.

Pela leitura do gráfico 13, depreende-se que as Canárias apresentam a maior estada média, embora esta apresente uma tendência decrescente nos últimos 6 anos (- 1,5 dias, entre 2000 e 2005).

A Madeira apresenta um ligeiro decréscimo, registando uma estada média em torno dos 6,5 dias.

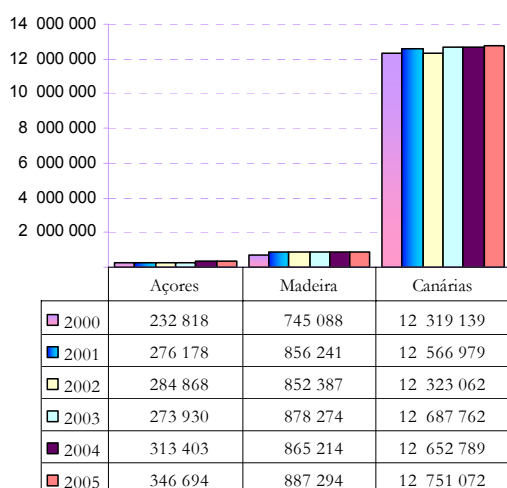
Os Açores, embora manifestem uma tendência crescente, surgem com o valor mais baixo, na ordem dos 3 a 4 dias. No entanto, é preciso ter em conta o forte peso que o turismo interno (com estadas de curta duração) tem no arquipélago açoriano, peso este que não é possível isolar na fonte que serve de base ao cálculo deste indicador. Informação resultante de inquéritos aos visitantes realizados pelo SREA nos aeroportos da Região em 1992, 2001 e 2005, sugere que a estada média nos Açores seja muito superior, ultrapassando o período de uma semana.

B.2.2 Densidade da Procura Turística

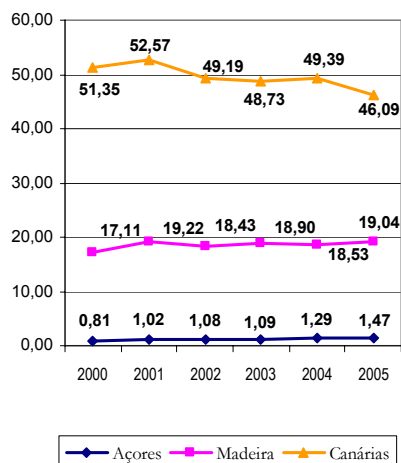
A densidade da procura turística é um dos indicadores que permite avaliar a pressão do turismo sobre o território, através do número médio de turistas diários por km².

Dada a inexistência de dados concretos sobre o número de turistas entrados nas regiões dos Açores e da Madeira, utilizaram-se, neste indicador e para estas regiões, estimativas calculadas a partir das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e afins.

Gráf. 14 - Turistas entrados



Gráf. 15 - Turistas por km²



Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*, PROTA, *Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*; IGP, Carta Administrativa de Portugal (CAOP) versão 4.0

Fonte Canárias: Aeropuertos Nacionales y Navegación Aérea (AENA): *Entrada de pasajeros en los aeropuertos*; Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Estadística de pasajeros procedentes de aeropuertos nacionales, Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canarias*; Instituto Geográfico Nacional

As Canárias, com mais de 12 milhões de turistas entrados por ano, são a Região que apresenta a densidade da procura turística mais elevada, com uma média de 50 turistas por km² ao longo dos anos em análise.

A Madeira também apresenta uma pressão turística considerável, com uma média de 19 turistas por km², estando perto dos 900 mil turistas entrados em 2005.

Finalmente, os Açores, com mais de 300 mil turistas entrados por ano, a partir de 2004, têm a densidade mais baixa com apenas cerca de um turista por km².

A partir destes resultados, torna-se evidente que a Madeira e as Canárias são as regiões que deverão, ter uma maior preocupação relativamente à pressão do turismo sobre o seu território e ao conseqüente impacte ambiental.

B.2.3 Distribuição da Procura Turística por Segmentos

Através deste indicador pretende-se medir o nível de concentração da procura nos principais segmentos do turismo, através da indicação do motivo da viagem que apresentou a maior percentagem de turistas que visitaram a região, neste caso, sol & praia.

Quadro 8 - Percentagem de turistas que escolheram a região pelo motivo de sol & praia (principal segmento da procura turística)

Região	2001	2002	2003	2004
Açores	x	x	x	x
Madeira	x	x	56,00	56,00
Canárias	84,52	86,13	90,07	83,69

x = Dado não disponível

Fonte Madeira: Direcção Regional do Turismo; "Estudo sobre o Gasto Turístico na Madeira" de Dezembro 2003/Janeiro 2004, efectuado pela empresa Synovate Portugal

Fonte Canárias: Instituto Canário de Estadística (ISTAC): *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canarias*

Analisando a informação do quadro 8, confirma-se que as Canárias são, nitidamente, um destino de sol & praia; porém, a Madeira também apresenta mais de metade dos turistas com esta preferência (56% em 2004).

Relativamente aos Açores, apenas existem dados sobre o motivo principal da viagem em termos genéricos (Descanso e Lazer, Negócios e Trabalho e Visitas a Familiares e Amigos). A partir do Inquérito aos Visitantes 2001 levado a cabo pelo SREA, verificou-se que os segmentos Descanso e Lazer (34%) e Negócios e Trabalho (33,6%), constituíam o principal motivo da viagem. Apesar da

falta de estudos relacionados com a segmentação da procura turística na Região, é importante destacar que no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) 2006-2015, os Açores são considerados como um destino vocacionado para o Turismo de Natureza e o Turismo Náutico.

B.2.4 Dependência dos Principais Mercados Emissores

Com este indicador pretende-se medir o grau de dependência de cada uma das regiões relativamente aos seus principais mercados emissores. Para o efeito, calculou-se, em cada região, a percentagem de turistas desses mercados relativamente ao total de turistas entrados.

Dada a indisponibilidade de informação, já mencionada em indicadores anteriores, no caso dos Açores e da Madeira foram utilizadas, para efeitos de cálculo, as dormidas¹² por nacionalidade nos estabelecimentos hoteleiros e afins¹³, em alternativa ao número de turistas entrados.

Quadro 9 - Principais mercados emissores (percentagem de turistas segundo o país de residência)

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores						
Nacional (Portugal)	67,03	57,74	56,84	54,57	53,31	45,68
Países Nórdicos	8,59	21,26	26,06	24,62	25,55	31,29
Alemanha	6,32	5,26	4,05	6,00	6,87	5,88
Madeira						
Reino Unido	26,50	27,90	28,11	29,13	28,57	27,50
Alemanha	24,56	23,11	22,60	22,53	22,76	23,62
Nacional (Portugal)	13,37	14,65	15,19	14,91	15,65	14,99
Canárias						
Reino Unido	30,15	31,38	32,12	32,00	30,65	28,48
Alemanha	23,70	23,13	21,85	22,47	25,49	27,25
Nacional (Espanha)	19,02	19,33	20,65	21,63	20,05	20,26

Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Aeropuertos Nacionales y Navegación Aérea (AENA): *Entrada de pasajeros en los aeropuertos*

O Reino Unido e Alemanha são nitidamente os mercados emissores mais importantes para as Canárias e a Madeira sem, que, no entanto, essas duas regiões estejam demasiado dependentes desses

¹² Dormida – permanência num estabelecimento que fornece alojamento considerada em relação a cada indivíduo, e por um período entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

¹³ Estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, estalagens, pensões), turismo em espaço rural, moradias turísticas (casas de hóspedes e alojamentos particulares), pousadas e colónias de férias.

mercados: em 2005, nem o mercado do Reino Unido, nem o alemão detinham mais de 30% do total de turistas entrados nestas regiões.

Nos Açores, o mercado nacional é o mais relevante, tendo representado até 2004 mais de metade dos visitantes. Ao longo dos anos em análise, é de assinalar a subida progressiva dos turistas provenientes dos Países Nórdicos, em detrimento dos nacionais, numa variação que, de 2000 para 2005, representou cerca de + 22 pontos percentuais.

No caso da Madeira, os mercados têm-se mantido relativamente estáveis ao longo do período em análise, enquanto que nas Canárias, se assiste desde 2004 a uma ligeira quebra no mercado britânico por contraponto do germânico.

B.2.5 Gasto Turístico

O gasto dos turistas é uma das mais importantes e complexas informações sobre o turismo, na vertente da procura, servindo sobretudo para medir o impacto económico do turismo no destino.

Relativamente às regiões em análise, é difícil estabelecer alguma comparação devido à inexistência de informação ao longo dos anos para os Açores e a Madeira.

Quadro 10 - Gasto médio por turista, dia (euros)

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	x	61,20	x	x	x	x
Madeira	x	x	x	53,70	53,70	x
Canárias	34,72	37,02	37,69	37,83	35,91	40,09

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Inquérito aos Turistas - 2001*

Fonte Madeira: Direcção Regional do Turismo, "*Estudo sobre o Gasto Turístico na Madeira*" de Dezembro 2003 / Janeiro 2004, efectuado pela empresa Synovate Portugal

Fonte Canárias: Instituto Canário de Estadística (ISTAC); *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canarias*

Os Açores apresentam o gasto turístico no destino mais elevado, em média 61,20 euros por dia (dado do Inquérito realizado pelo SREA em 2001). Comparando com os resultados do inquérito homólogo realizado pelo SREA em 1992, a despesa média do turista aumentou para o dobro, em termos nominais. Aguardam-se os resultados do Inquérito aos Visitantes relativo a 2005/06, que decorreu até Setembro de 2006, para confirmar ou não esta tendência.

Os dados apresentados para a Madeira têm por base um estudo que inclui quer os turistas hospedados em unidades hoteleiras, quer os hospedados em casas particulares (própria ou de

familiares/amigos) e ainda os excursionistas. O valor estimado para o gasto médio na Madeira é de 53,70 euros diários.

Nas Canárias, onde existe uma operação estatística regular para recolha desta informação e que, por isso, é a única região que apresenta dados para todos os anos do intervalo 2000-2005, nota-se uma ligeira evolução no sentido positivo.

B.2.6 Perfil do Turista

Este indicador consiste na caracterização dos turistas segundo as características consideradas mais importantes para efeitos de análise da procura turística: idade, motivo principal de viagem, principal fonte de informação para eleger a região como destino, composição do grupo e grau de instrução, o que possibilita definir uma tipologia do turista.

Tal como acontece no indicador anterior, não existe uma informação contínua ao longo dos anos para as regiões dos Açores e Madeira.

Os visitantes dos Açores são maioritariamente de Grau Universitário, com idade compreendida entre os 25 e os 44 anos, aconselhados por familiares e amigos e vêm na sua maioria sozinhos, por motivo de descanso e lazer. Relativamente ao Inquérito realizado em 1992, a tipologia não se alterou muito em relação a todas as variáveis contempladas. Aguardam-se os resultados do inquérito relativo a 2005/06, que decorreu até Setembro de 2006, para confirmar ou não a manutenção do perfil do turista que visita as ilhas açorianas.

A Madeira é visitada por indivíduos menos jovens com idades compreendidas entre os 45 e 64 anos, que vêm para passar férias, acompanhadas da família. Tal como nos Açores, estes turistas possuem Grau Universitário e foram aconselhados para a escolha do destino por familiares e amigos.

O perfil dos turistas que visitam as Canárias tem-se mantido ao longo dos anos: grupos de duas pessoas com idades compreendidas entre os 31 e os 45 anos, cativados por visitas anteriores e pelo clima que se faz sentir na região.

Quadro 11 - Percentagem de turistas segundo as características principais

Região	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
Açores												
Idade	x	x	25-44 Anos	50,0%	x	x	x	x	x	x	x	x
Motivo Principal da Viagem	x	x	Descanso e lazer	34,0%	x	x	x	x	x	x	x	x
Composição do Grupo	x	x	Um adulto	63,2%	x	x	x	x	x	x	x	x
Grau de Instrução	x	x	Universitário	43,4%	x	x	x	x	x	x	x	x
Principal Fonte de Informação	x	x	Recomendação a de familiares ou amigos	32,2%	x	x	x	x	x	x	x	x
Madeira												
Idade	x	x	45-64 Anos	44,8%	45-64 Anos	44,8%	x	x	x	x	x	x
Motivo Principal da Viagem	x	x	Férias	88,3%	Férias	88,3%	x	x	x	x	x	x
Composição do Grupo	x	x	Acompanhado pela Família	78,6%	Acompanhado pela Família	78,6%	x	x	x	x	x	x
Grau de Instrução	x	x	Universitário	46,9%	Universitário	46,9%	x	x	x	x	x	x
Principal Fonte de Informação	x	x	Através de Familiares ou Amigos / conhecidos	43,2%	Através de Familiares ou Amigos / conhecidos	43,2%	x	x	x	x	x	x
Canárias												
Idade	31-45 Anos	28,7%	31-45 Anos	29,8%	31-45 Anos	28,6%	31-45 Anos	28,3%	31-45 Anos	26,3%	31-45 Anos	27,0%
Motivo Principal da Viagem	Clima	94,5%	Clima	91,4%	Clima	92,3%	Clima	91,9%	Clima	90,2%	Clima	91,2%
Composição do Grupo	Dois pessoas	54,7%	Dois pessoas	41,3%	Dois pessoas	42,6%	Dois pessoas	40,7%	Dois pessoas	45,0%	Dois pessoas	46,7%
Grau de Instrução	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Principal Fonte de Informação	Visitas anteriores	61,9%	Visitas anteriores	54,7%	Visitas anteriores	56,6%	Visitas anteriores	59,6%	Visitas anteriores	60,6%	Visitas anteriores	57,3%

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Inquérito aos Turistas - 2001*

Fonte Madeira: Direcção Regional do Turismo, *"Sondagem de Opinião ao Turista"*, Abril 2001-Março 2003, efectuada pela empresa DOMP - Desenvolvimento Organizacional, Marketing e Publicidade, SA

Fonte Canárias: Instituto Canário de Estatística (ISTAC): *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canárias*

B.2.7 Distribuição Territorial dos Turistas por Ilhas

Com este indicador pretende-se medir a dispersão dos turistas entrados em cada região, pelas diversas ilhas que a compõem. A importância deste indicador prende-se com a possibilidade de verificar até que ponto a política de desenvolvimento do turismo abrange toda a Região ou se concentra apenas nalgumas ilhas.

É interessante notar que nas três regiões existe uma concentração dos turistas em determinadas ilhas, em detrimento de outras: é o caso de S. Miguel, nos Açores, com mais de 50% do total de turistas entrados na Região; ilha da Madeira com 94,09% dos turistas da região com o mesmo nome e Tenerife e Gran Canária com cerca de 70% dos turistas das Canárias.

No pólo oposto aparecem, nas três regiões, ilhas que continuam à margem dos fluxos turísticos. Um ou vários factores associados contribuem para esta realidade, com destaque para a pequena dimensão em termos territoriais ou populacionais, a sazonalidade e a falta de infraestruturas e de políticas que as integrem nas estratégias de desenvolvimento turístico da respectiva Região. É o

caso das ilhas Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, nos Açores; Porto Santo, na Madeira e La Palma, La Gomera e El Hierro nas Canárias.

Quadro 12 - Percentagem de turistas por ilhas

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	1,90	1,68	1,57	2,40	2,80	2,83
São Miguel	51,32	52,14	52,44	54,14	54,41	58,85
Terceira	17,14	18,47	18,49	18,27	18,87	16,98
Graciosa	1,52	1,61	1,35	1,34	1,23	1,06
São Jorge	3,60	3,42	3,66	3,20	2,94	2,12
Pico	7,79	7,14	7,39	7,67	6,43	5,53
Faial	14,86	13,83	13,04	11,13	11,53	11,12
Flores	1,73	1,59	1,94	1,76	1,78	1,50
Corvo	0,15	0,11	0,12	0,09	0,01	0,03
Madeira	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Madeira	95,34	93,42	94,51	93,45	93,41	94,09
Porto Santo	4,66	6,58	5,49	6,55	6,59	5,91
Canárias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Lanzarote	16,32	16,53	16,99	17,49	17,68	17,38
Fuerteventura	11,30	11,49	11,73	12,29	11,88	12,06
Gran Canaria	31,40	30,60	29,82	29,27	29,49	29,49
Tenerife	39,57	39,93	40,18	39,69	39,67	39,72
La Gomera	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
La Palma	1,41	1,45	1,29	1,26	1,28	1,34
El Hierro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Aeropuertos Nacionales y Navegación Aérea (AENA): *Tráfico de pasajeros en los aeropuertos españoles*

Na leitura dos dados convém ter em conta que, nas regiões dos Açores e da Madeira, o indicador foi calculado com base nos hóspedes entrados¹⁴ nos estabelecimentos hoteleiros e afins¹⁵, em alternativa aos turistas entrados, cuja informação não existe.

B.2.8 Sazonalidade da Procura Turística

Com este indicador pretende-se medir a concentração dos turistas em determinados períodos ao longo do ano, através da percentagem do número de turistas entrados por mês na região. A par

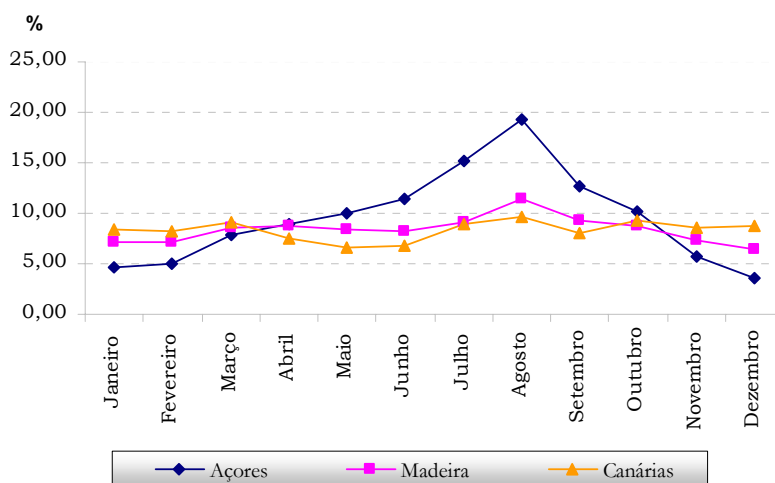
¹⁴ Hóspedes entrados – indivíduo que em cada um dos meses do ano deu entrada num determinado alojamento, não se incluindo o hóspede cuja estadia transite para os meses seguintes.

¹⁵ Estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, estalagens, pensões), turismo em espaço rural, moradias turísticas (casas de hóspedes e alojamentos particulares), pousadas e colónias de férias.

dessa informação mensal, calculou-se ainda o Índice de Dispersão Relativa¹⁶(IDR) que permite, de uma forma sintética, através de um único valor, medir a dispersão da afluência turística e, portanto, a maior ou menor sazonalidade de cada uma das regiões em relação às outras duas. Quanto maior o valor apresentado pelo IDR, maior a dispersão, ou seja, menos uniforme é a distribuição dos turistas ao longo do ano, o que traduz uma maior sazonalidade.

Para os Açores e a Madeira este indicador foi calculado com base nas dormidas¹⁷ nos estabelecimentos hoteleiros e afins¹⁸.

Gráf. 16 - Sazonalidade da Procura Turística
Ano de 2005



Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma dos Açores*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*

Fonte Canárias: Aeropuertos Nacionales y Navegación Aérea (AENA): *Tráfico de pasajeros en los aeropuertos españoles*

Analisando o gráfico 16, verifica-se que os Açores são a região que apresenta maior dispersão relativa (0,47), reflexo de uma maior sazonalidade ao longo do ano. Os meses de Julho e Agosto são os de maior afluência turística nesta região, enquanto Dezembro é o mês de menor procura.

Com valores estabilizados no que diz respeito a este indicador, a Madeira surge com um índice de dispersão de 0,15. Embora com menor sazonalidade, tal como nos Açores, verifica-se uma

¹⁶ Índice de Dispersão Relativa (IDR) – resultante da divisão do desvio padrão pela média, é uma medida de dispersão cujo valor é tanto maior quanto maior for a dispersão, isto é, quanto menos uniforme for a distribuição.

¹⁷ Dormida – permanência num estabelecimento que fornece alojamento considerada em relação a cada indivíduo, e por um período entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

¹⁸ Estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, estalagens, pensões), turismo em espaço rural, moradias turísticas (casas de hóspedes e alojamentos particulares), pousadas e colónias de férias.

maior afluência turística nos meses de Agosto e Setembro, e Dezembro, apesar do cartaz turístico do fim-de-ano, é também o mês mais fraco.

As Canárias são a região com menor sazonalidade; apresenta uma distribuição da procura quase uniforme ao longo de todo o ano. Os meses de Maio e Junho são os que registam menor procura nos seis anos em análise.

Quadro 13 - Sazonalidade da Procura Turística: percentagem mensal de turistas entrados por mês

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Mês						
Açores						
Índice de Dispersão Relativa (IDR)	0,46	0,46	0,47	0,44	0,46	0,47
Janeiro	3,69	3,82	4,46	4,19	3,95	4,68
Fevereiro	4,16	4,24	4,97	4,56	4,79	5,04
Março	5,79	6,28	6,96	5,70	6,45	7,82
Abril	8,56	7,87	7,99	7,38	7,89	8,88
Maio	8,51	8,08	7,91	8,50	8,13	9,96
Junho	9,57	10,13	9,75	10,04	8,63	11,50
Julho	13,26	14,66	14,14	13,02	13,14	15,11
Agosto	16,99	16,21	17,34	17,08	17,77	19,36
Setembro	11,14	11,07	10,27	10,10	10,99	12,72
Outubro	8,20	7,90	7,08	8,61	7,93	10,09
Novembro	6,12	5,69	5,31	6,38	6,03	5,73
Dezembro	4,00	4,05	3,82	4,45	4,31	3,56
Madeira						
Índice de Dispersão Relativa (IDR)	0,12	0,13	0,15	0,16	0,15	0,15
Janeiro	6,90	6,67	6,60	6,79	6,48	7,06
Fevereiro	7,59	7,44	7,50	7,44	7,58	7,12
Março	9,71	9,20	9,62	9,18	8,74	8,58
Abril	10,13	9,60	9,37	9,98	9,63	8,73
Maio	8,53	8,47	7,95	8,59	8,76	8,31
Junho	7,62	8,22	8,28	8,08	7,67	8,19
Julho	8,55	9,15	8,88	8,83	8,80	9,11
Agosto	9,77	10,39	11,00	10,91	10,63	11,35
Setembro	8,24	8,68	8,90	8,85	9,11	9,24
Outubro	8,07	8,21	8,19	8,23	8,89	8,69
Novembro	8,04	7,50	7,29	6,88	7,27	7,25
Dezembro	6,86	6,47	6,43	6,24	6,43	6,36
Canárias						
Índice de Dispersão Relativa (IDR)	0,09	0,08	0,11	0,09	0,11	0,12
Janeiro	7,87	8,13	7,80	8,08	8,25	8,46
Fevereiro	8,07	8,34	8,56	8,17	8,61	8,22
Março	8,97	9,33	9,91	9,13	8,74	9,19
Abril	8,68	8,63	7,61	8,66	8,23	7,54
Maio	6,90	6,91	6,64	6,92	6,67	6,62
Junho	7,07	7,20	6,94	7,05	6,69	6,76
Julho	8,83	8,66	8,59	8,78	8,72	8,94
Agosto	8,86	8,92	9,38	9,70	9,73	9,65
Setembro	8,26	8,27	8,25	7,98	8,01	8,04
Outubro	9,07	8,83	8,81	8,75	9,19	9,34
Novembro	8,65	8,42	8,81	8,30	8,37	8,53
Dezembro	8,77	8,35	8,69	8,48	8,79	8,72

B.3.1 Estabelecimentos com Sistema de Qualidade e/ou Certificado de Gestão Ambiental

Este indicador tem como objectivo quantificar a percentagem de estabelecimentos hoteleiros com sistema de qualidade e certificado de gestão ambiental sobre o total de estabelecimentos.

Para o cálculo, foram consideradas todas as normas¹⁹, comunitárias ou internacionais, relacionadas com a qualidade e a gestão ambiental, nas quais as predominantes na hotelaria são a NP EN ISSO 9001:2000, a DS 3027E:2002 (HCCP), a NP EN ISSO 14001, a EMAS (Rótulo Ecológico, Tüv Ecohotel) e a VERDORECA.

Quadro 14 - Percentagem de estabelecimentos com certificado de qualidade e ou gestão ambiental

Região Ilhas	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	x	x	x	x	x	13,30
Santa Maria	x	x	x	x	x	25,00
São Miguel	x	x	x	x	x	20,00
Terceira	x	x	x	x	x	11,80
Graciosa	x	x	x	x	x	0,00
São Jorge	x	x	x	x	x	0,00
Pico	x	x	x	x	x	0,00
Faial	x	x	x	x	x	0,00
Flores	x	x	x	x	x	0,00
Corvo	x	x	x	x	x	0,00
Madeira	x	x	x	x	x	13,85
Madeira	x	x	x	x	x	14,44
Porto Santo	x	x	x	x	x	6,67
Canárias	3,47	3,56	5,29	5,42	6,43	x
Lanzarote	8,82	11,11	10,26	11,11	10,20	x
Fuerteventura	3,13	0,00	5,41	7,32	8,00	x
Gran Canaria	0,72	0,73	1,53	1,53	2,29	x
Tenerife	5,66	5,91	7,93	7,92	8,64	x
La Gomera	0,00	0,00	3,23	3,03	8,82	x
La Palma	0,00	0,00	0,00	3,33	3,45	x
El Hierro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Anexo Especial ao Inquérito mensal à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria (Janeiro de 2006)*

Fonte Madeira: DREM, *Anexo Especial do Inquérito mensal à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria (Janeiro 2006)*

Fonte Canárias: Entidades de certificación de Sistemas de Calidad; Sociedad pública de gestión ambiental (IHOBE); Instituto para la Calidad Turística Española (ICTE); Consejería de Turismo; Viceconsejería de Medio Ambiente

¹⁹ Ver a definição das normas na ficha “Estabelecimentos com sistemas de qualidade e/ou certificado de gestão ambiental” apresentada no CD em anexo.

A partir dos resultados apresentados no quadro 14, verifica-se que os arquipélagos portugueses denotam uma maior sensibilização para a qualidade e gestão ambiental. A região da Madeira surge com 13,85% de estabelecimentos hoteleiros certificados em 2005, percentagem semelhante ao arquipélago dos Açores que ocupa a segunda posição, com 13,30% de estabelecimentos certificados.

As Canárias, apesar de revelarem uma tendência crescente ao longo dos anos, apresentam em 2004 (o último ano disponível), apenas 6,43% de estabelecimentos certificados.

Numa leitura infra-regional, podemos constatar que nas duas regiões portuguesas as ilhas de maior afluência turística são as que têm uma maior preocupação na certificação dos estabelecimentos hoteleiros, como é o caso de São Miguel e Madeira. Nas Canárias não se observa nenhuma correlação entre a afluência turística e a percentagem de estabelecimentos com certificação de qualidade.

B.3.2 Grau de Satisfação do Turista

Através deste indicador pretende-se aferir o grau de satisfação do turista em relação à estada na região, utilizando para o efeito a percentagem de turistas que emitiram uma opinião positiva (boa ou excelente) em relação a essa estada.

Quadro 15 - Percentagem de turistas com opinião global boa ou excelente em relação à estada na Região

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	x	x	x	x	x	x
Madeira	x	x	x	89,90	89,90	x
Canárias	85,73	80,14	81,12	79,80	83,07	83,10

x = Dado não disponível

Fonte Madeira: Direcção Regional do Turismo, “Estudo sobre o Gasto Turístico na Madeira” de Dezembro 2003 / Janeiro 2004 efectuado pela empresa Synovate Portugal

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canarias*

A partir da leitura do quadro 15, verifica-se que a grande maioria dos turistas têm uma boa impressão das regiões em análise, com percentagens superiores a 80% de respostas positivas o que representa um factor importante do ponto de vista da competitividade dos destinos a médio prazo.

No que se refere aos Açores, não são apresentados dados neste quadro pelo facto de a informação existente não ser comparável com a das outras regiões. Com efeito, no Inquérito aos

Turistas-2001 (única fonte deste tipo de informação na Região) não se pedia a opinião global sobre a estada, mas sim uma opinião por itens. Apesar disso, não deixa de ser pertinente realçar que a partir desse inquérito se concluiu que os itens mais valorizados pelos turistas que visitaram os Açores em 2001, foram: o "Ambiente Natural" (92,9%), a "Hospitalidade dos Residentes" (86,1%) e a "Segurança" (81,8%). Aguardam-se os resultados do inquérito de 2005/2006, que contemplam já a opinião global, para além da discriminação por itens.

B.3.3 Fidelidade dos Turistas

Com este indicador pretende-se medir o grau de repetição dos turistas na visita a determinada região.

Quadro 16 - Percentagem de turistas que visitaram a Região mais de uma vez

Região	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	59,50	x	x	x	x
Madeira	x	x	50,00	50,00	x
Canárias	67,84	69,60	71,79	73,06	70,79

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Inquérito aos Turistas - 2001*

Fonte Madeira: Direcção Regional do Turismo, "Estudo sobre o Gasto Turístico na Madeira" de Dezembro 2003 / Janeiro 2004 efectuado pela empresa Synovate Portugal

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canarias*

Devido à ausência de informação para a maior parte dos anos, no que toca aos Açores e à Madeira, a análise que se faz de seguida é de certa forma limitada. Porém, é razoável concluir, a partir dos dados observados nas Canárias, que a variação deste indicador não seja muito significativa de um ano para outro.

Com maior reincidência de visita surge a região das Canárias, onde cerca de 70% dos turistas entrados já haviam visitado a região pelo menos uma vez. Dada a larga percentagem dos turistas que visitam a Região por motivo de lazer, estes resultados traduzem uma verdadeira fidelidade ao destino.

Os Açores apresentam, em 2001 (único ano para o qual existe informação disponível), mais de metade dos turistas (59,50%) com repetição da visita. Nesta Região, o peso das viagens por motivo de visita a familiares e amigos ou por motivos profissionais, que dão origem a visitas repetidas sem ser por opção, tem uma influência decisiva no resultado do indicador.

A Madeira aparece em 2004, único ano para o qual existe informação disponível, com uma percentagem inferior às outras duas regiões, apresentando apenas metade dos turistas como repetentes. Tal como nos Açores, a reincidência de visita verifica-se sobretudo entre os que se deslocam à região por motivos profissionais; no entanto, o peso destes no total dos visitantes é menor do que naquela Região.

C. MEIO AMBIENTE



C. Meio Ambiente (Urbanismo, Paisagismo e Gestão Ambiental)

Pretende-se com este capítulo apresentar um conjunto de indicadores que permitam quantificar alguns aspectos relacionados com o impacto turístico no meio ambiente, como sejam, a gestão de resíduos, os recursos hídricos, os recursos energéticos e a conservação da natureza.

Estes indicadores poderão constituir uma ferramenta a ser utilizada pelo planeamento turístico e ambiental das Regiões envolvidas neste projecto.

Os objectivos de cada um dos indicadores surgem abaixo explicitados:

- ❑ Espaços Naturais Protegidos – avaliar a percentagem de superfície delimitada pela sua importância para a biodiversidade e para o equilíbrio dos recursos naturais.
- ❑ Grau de Naturalidade do Meio – calcular a percentagem de superfície das áreas de conservação da biodiversidade e o grau de protecção dos habitats e espécies de interesse comunitário.
- ❑ Qualidade das Zonas Balneares – conhecer a evolução da Campanha da Bandeira Azul em cada uma das três Regiões, avaliando, deste modo, dois aspectos: por um lado o interesse ou sensibilidade que mostram os municípios (responsáveis por solicitar a adesão à Campanha) e por outro, as condições ambientais e qualidade das zonas de banho marítimas que aderiram à Campanha da Bandeira Azul.
- ❑ Consumo de Água de Abastecimento Urbano atribuível ao Turismo – obter uma estimativa do consumo de água de abastecimento urbano atribuível ao turismo, com a finalidade de estabelecer uma aproximação do grau de pressão que a actividade turística exerce sobre este recurso natural.
- ❑ Consumo de Energia Eléctrica atribuível ao Turismo – calcular uma estimativa do consumo de energia eléctrica levado a cabo pelos turistas, com o objectivo de estabelecer uma aproximação do grau de pressão que a actividade turística exerce sobre os fluxos energéticos.
- ❑ Produção de Resíduos Sólidos Urbanos atribuível ao Turismo – conseguir uma estimativa da produção de resíduos sólidos urbanos atribuída ao turismo, com a finalidade de poder aferir o grau de pressão que a actividade turística pode exercer sobre o solo e o território, e indirectamente, sobre as necessidades de dimensionamento dos serviços de gestão destes resíduos.

- ❑ Índice de Motorização atribuído ao Turismo – medir a participação do turismo no índice de motorização, com o fim de conhecer o grau de utilização de veículos por parte dos turistas, relativamente ao total de veículos.
- ❑ Superfície de Costa Urbanizada – avaliar a pressão urbana a que está submetida a superfície da orla costeira e a deterioração ambiental da mesma.

C.1.1 Espaços Naturais Protegidos

A percentagem de superfícies protegidas está directamente relacionada com a capacidade dos países e das regiões protegerem e conservarem os recursos com diversas funções de tipo ecológico, socioeconómico e cultural, permitindo, desta forma, medir a reacção da sociedade no que se refere a proteger a diversidade biológica e o território, mediante a criação de reservas representativas dos distintos ecossistemas.

As áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local abrangidas por este indicador classificam-se nas seguintes categorias: Parque nacional, Reserva natural, Parque natural, Monumento natural, Sítio de interesse científico, Paisagem protegida e Parque rural e Área ecológica especial.

Quadro 17 - Percentagem de Espaços Naturais Protegidos

Região	2002	2003	2004	2005
Ilhas				
Açores	x	x	x	4,94
Santa Maria	x	x	x	10,08
São Miguel	x	x	x	5,97
Terceira	x	x	x	0,12
Graciosa	x	x	x	1,98
São Jorge	x	x	x	0,27
Pico	x	x	x	10,26
Faial	x	x	x	2,75
Flores	x	x	x	0,00
Corvo	x	x	x	0,00
Madeira	x	x	x	57,79
Madeira	x	x	x	60,91
Porto Santo	x	x	x	0,00
Canárias	40,43	40,46	40,46	40,46
Lanzarote	41,41	41,41	41,41	41,41
Fuerteventura	28,74	28,74	28,74	28,74
Gran Canaria	42,67	42,82	42,82	42,82
Tenerife	48,60	48,60	48,60	48,60
La Gomera	33,30	33,30	33,30	33,30
La Palma	35,30	35,30	35,30	35,30
El Hierro	58,07	58,07	58,07	58,07

x = Dado não disponível

Fonte Açores: Direcção Regional do Ambiente - Áreas Protegidas

Fonte Madeira: Atlas do Ambiente/Parque Natural da Madeira; IGP, Carta Administrativa de Portugal (CAOP) versão 4.0

Fonte Canárias: Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial; Instituto Geográfico Nacional

Como se depreende pelo quadro, a Madeira é a região que apresenta maior percentagem de espaços naturais protegidos (57,8%). As Canárias também registam uma parte importante da sua área na mesma situação, tendo a ilha de El Hierro mais de metade do seu território protegido.

A região dos Açores é conhecida pela extensão das suas áreas naturais, no entanto, em termos de superfície classificada como área protegida, a percentagem representa menos de 5% do total.

C.1.2 Grau de Naturalidade do Meio

A Rede Natura 2000²⁰ é uma rede ecológica europeia de áreas de conservação de biodiversidade e que tem como finalidade assegurar a sobrevivência a longo prazo de espécies e habitats ameaçados na Europa, contribuindo para a preservação da biodiversidade ameaçada pelo impacto das actividades humanas.

As Canárias, de acordo com dados de 2004, apresentam a maior percentagem de áreas SIC (Sítios de Interesse Comunitário) e ZPE (Zona de Protecção Especial). Mais de metade da ilha de La Palma está classificada como SIC, o mesmo sucedendo com El Hierro, como ZPE.

No caso dos Açores, as ilhas do grupo ocidental, Flores e Corvo destacam-se das demais, a primeira em SICs e a segunda em ambas as classificações, cerca de 57% do Corvo está classificado como SIC.

Quadro 18 - Percentagem de Espaços da Rede Natura

Região	Ilhas	2004		2005	
		% SIC	% ZPE	% SIC	% ZPE
Açores		x	x	12,57	5,23
	Santa Maria	x	x	3,27	0,59
	São Miguel	x	x	3,19	2,69
	Terceira	x	x	12,49	0,31
	Graciosa	x	x	5,15	0,73
	São Jorge	x	x	17,53	1,52
	Pico	x	x	20,56	14,36
	Faial	x	x	15,10	11,83
	Flores	x	x	29,65	2,81
	Corvo	x	x	56,84	40,89
Madeira		x	x	29,66	24,69
	Madeira	x	x	30,83	26,02
	Porto Santo	x	x	7,97	0,00
Canárias		37,93	28,41	x	x
	Lanzarote	32,52	38,74	x	x
	Fuerteventura	20,78	34,12	x	x
	Gran Canaria	40,48	13,58	x	x
	Tenerife	45,47	35,59	x	x
	La Gomera	45,94	11,00	x	x
	La Palma	50,14	14,86	x	x
	El Hierro	45,77	52,22	x	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: Direcção Regional do Ambiente - Rede Natura 2000

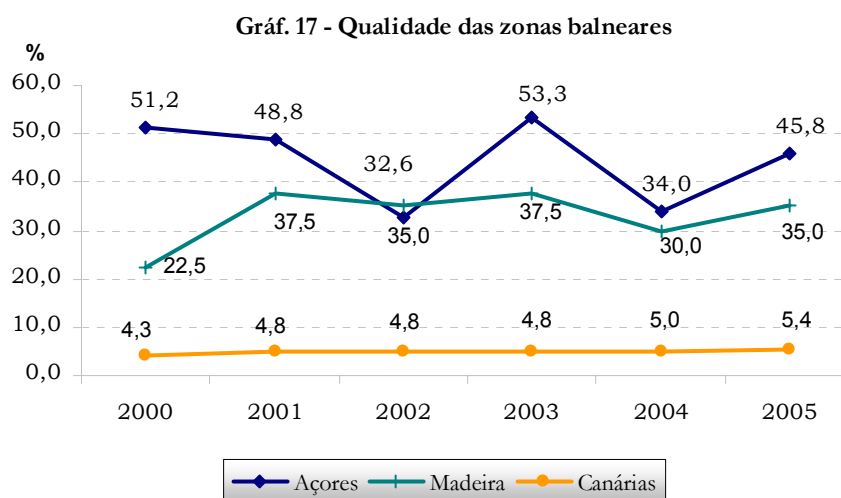
Fonte Madeira: Atlas do Ambiente/Parque Natural da Madeira; IGP, Carta Administrativa de Portugal (CAOP) versão 4.0

Fonte Canárias: Subdirección General de Coordinación y Banco de Datos, Dirección General para la Biodiversidad, Ministerio de Medio Ambiente; Instituto Geográfico Nacional

²⁰ A Rede Natura 2000 é uma rede de áreas designadas para conservar os habitats naturais e as espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis. Esta rede representa o empenho dos países europeus na conservação dos seus recursos naturais a partir do ano 2000, constituída por dois tipos de zonas: as ZEC (Zonas Especiais de Conservação – incluem habitats naturais e espécies de flora e fauna) e as ZPE (Zonas de Protecção Especial – incluem populações significativas de aves selvagens e respectivos habitats).

C.2.1 Qualidade das Zonas Balneares

A boa qualidade da água, adequada ao cumprimento da legislação ambiental, os bons serviços em relação à segurança dos utentes e as actividades de consciencialização e educação ambiental são os critérios que norteiam a Campanha Bandeira Azul, pelo que uma evolução positiva deste indicador, é o reflexo por sua vez, de uma evolução, também positiva, dos parâmetros anteriormente mencionados.



Fonte Açores: Direcção Regional do Ambiente - Direcção de Serviços de Promoção Ambiental

Fonte Madeira: Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública

Fonte Canárias: Asociación de Educación Ambiental y del Consumidor (ADEAC); Ministerio de Medio Ambiente; Dirección General de Salud Pública, Gobierno de Canarias

Os resultados deste indicador poderão ser um pouco surpreendentes, dado que as Canárias, associadas tradicionalmente ao segmento “Sol e Praia”, apresentam, para 2005, apenas 5,4% das suas praias com atribuição de Bandeira Azul. Ao invés, são os Açores, uma região que não surge tradicionalmente ligada àquele segmento turístico, os que apresentavam a maior percentagem de praias com Bandeira Azul. No ano de 2000 e 2003, mais de metade das praias beneficiava daquela distinção.

A Madeira encontra-se numa situação intermédia, embora das três regiões seja aquela que apresenta uma evolução mais significativa (22,5% em 2000 para 35% em 2005).

C.2.2 Consumo de Água de Abastecimento Urbano atribuível ao Turismo

Os recursos hídricos constituem um factor limitativo do desenvolvimento turístico no âmbito insular, uma vez que são dos mais afectados pelo consumo derivado da afluência turística. Por outro lado, são um elemento prioritário e indispensável na prossecução de um desenvolvimento turístico sustentável.

Quadro 19 - Consumo de água de abastecimento urbano atribuível ao turismo Unid. m³

Região	2000	2001	2002	2003	2004
Açores	112 673	150 281	150 296	163 202	212 625
Madeira	888 140	1 040 424	1 122 831	1 187 681	1 392 769
Canárias	x	15 644 792	16 176 649	16 078 694	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: INE, *Estatísticas do Ambiente*; INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001*; SREA, *Estatísticas dos Transportes*; SREA, *Estatísticas do Turismo*

Fonte Madeira: INE, *Estatísticas do Ambiente*; DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*; DREM, *Estatísticas Demográficas*

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta de Ocupación en Alojamientos Hoteleros*; Instituto Nacional de Estadística (INE): *Encuesta sobre el Suministro y Tratamiento de Agua, Encuestas de ocupación en apartamentos y acampamentos turísticos, Encuesta de ocupación en alojamientos de turismo rural, Revisión del padrón municipal a 1 de enero de cada año*; Instituto de Estudios Turísticos (IET): *Movimientos Turísticos Españoles (Familitur)*

Com este indicador pretende-se ter uma ideia do peso que o consumo de água por parte dos turistas tem no consumo de água no sector residencial e serviços. Não foi possível estabelecer uma diferenciação entre o padrão de consumo médio dos residentes e o dos turistas.

O quadro 19 mostra a estimativa do volume de água de abastecimento que é necessário disponibilizar para satisfazer a população turística que visita cada um dos arquipélagos.

C.2.3 Consumo de Energia Eléctrica atribuível ao Turismo

A utilização de energia é um factor chave do consumo e da produção. Tradicionalmente a energia é vista como um motor do processo económico. Contudo, a produção, a utilização e os subprodutos da energia têm importantes consequências para o meio ambiente (diminuição da qualidade do ar, emissão de gases poluentes, etc). Romper o vínculo entre a utilização de energia e o desenvolvimento é um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o

turismo deve promover novos modelos de produção e consumo que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

Quadro 20 - Consumo anual de energia eléctrica atribuível ao turismo

Unid: Mwh

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	2 185	2 929	3 035	3 514	4 888	5 644
Madeira	30 682	38 273	39 709	43 494	x	x
Canárias	x	726 359	693 770	726 997	715 231	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: EDA, Consumos Anuais de Electricidade; INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação-2001*; SREA, *Estatísticas dos Transportes Aéreos*; SREA, *Estatísticas do Turismo*

Fonte Madeira: INE, *Estatísticas do Ambiente*; DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*; DREM, *Estatísticas Demográficas*

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta de Ocupación en Alojamientos Hoteleros*; Unión Eléctrica de Canarias (UNELCO); Instituto Nacional de Estadística (INE): *Encuestas de ocupación en apartamentos y acampamentos turísticos, Encuesta de ocupación en alojamientos de turismo rural, Revisión del padrón municipal a 1 de enero de cada año*; Instituto de Estudios Turísticos (IET): *Movimientos Turísticos Españoles (Familitur)*

O que no indicador anterior foi referido no que concerne à fórmula de cálculo é aplicável também nesta situação. Deste modo, o quadro 20 mostra a quantidade de energia eléctrica de cada uma das três regiões que é consumida pelos turistas.

C.2.4 Produção de Resíduos Sólidos Urbanos atribuíveis ao Turismo

A produção de resíduos pressupõe um consumo de materiais e de energia, acarretando a sua gestão custos económicos e ambientais. Este indicador está directamente relacionado com a actividade económica das regiões; à partida, as mais desenvolvidas geram uma quantidade maior de resíduos, pelo que uma redução na produção significará uma alteração nas atitudes do consumidor, como resultado de uma maior sensibilização e mais adequada gestão.

Quadro 21 - Produção de resíduos sólidos urbanos atribuível ao turismo

Unid: ton

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Açores	x	x	960	1 109	1 352	1 539
Madeira	6 793	7 696	8 934	9 485	9 664	10 018
Canárias	x	x	121 456	136 078	x	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: Direcção Regional do Ambiente - Direcção de Serviços de Qualidade Ambiental; INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação-2001*; SREA, *Estatísticas do Transportes Aéreos*; SREA, *Estatísticas do Turismo*

Fonte Madeira: Valor Ambiente, SA; DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*; DREM, *Estatísticas Demográficas*

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta de Ocupación en Alojamientos Hoteleros*; Instituto Nacional de Estadística (INE): *Encuesta sobre recogida y tratamiento de residuos urbanos, Encuestas de ocupación en apartamentos y acampamentos turísticos, Encuesta de ocupación en alojamientos de turismo rural, Revisión del padrón municipal a 1 de enero de cada año*; Instituto de Estudios Turísticos (IET): *Movimientos Turísticos Españoles (Familitur)*

Além disso, a produção de resíduos constitui um factor de pressão ambiental directamente associado ao incremento demográfico provocado pela afluência turística. O seu impacto depende em boa medida das políticas de gestão e tratamento de resíduos.

Sobre a interpretação deste indicador, mais uma vez se repete o que foi referido para os dois indicadores anteriores.

C.2.5 Índice de Motorização atribuído ao Turismo

A necessidade do turista requisitar os serviços de um meio de transporte para as suas deslocações no destino, aumenta o índice de motorização da região, o que de um ponto de vista ambiental contribui para um maior consumo de combustível, emissões de dióxido de carbono, congestionamento de trânsito, o que obriga à construção de novas infraestruturas rodoviárias (com consequências na utilização do solo), verificando-se também impactos no ecossistema e na qualidade de vida do destino em causa.

Quadro 22 - Percentagem de veículos ligados ao turismo no total de veículos em circulação

Região	2005
Açores	2,36
Madeira	5,72
Canárias	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Anexo Especial do Inquérito Mensal (Janeiro 2006) à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria*; INE, FUE - Ficheiro das Unidades Estatísticas; Instituto de Seguros de Portugal

Fonte Madeira: DREM; *Anexo Especial do Inquérito Mensal (Janeiro 2006) à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria*; Instituto de Seguros de Portugal

Nos veículos afectos ao sector turístico estão incluídos os táxis, autocarros e carrinhas turísticas e veículos de aluguer das Rent-a-car.

Apenas as duas regiões portuguesas apresentam dados para este indicador, sendo que a Madeira tem naturalmente uma percentagem de veículos ligados ao turismo superior à dos Açores.

C.2.6 Superfície de Costa Urbanizada

Este é um indicador de grande importância devido à atractividade turística a que estão sujeitos os espaços litorais. O desenvolvimento urbanístico, turístico e residencial a que o espaço

litoral está submetido exerce uma pressão muito forte sobre os ecossistemas costeiros, pondo em perigo a sua conservação.

A melhoria na planificação das áreas litorais reflecte-se numa melhor contribuição para a gestão integrada do litoral. A regeneração e recuperação do espaço litoral são vitais para um desenvolvimento sustentável.

Quadro 23 - Percentagem de superfície de costa urbanizada

Região	2005
Ilhas	
Açores	16,07
Santa Maria	2,88
São Miguel	25,80
Terceira	22,91
Graciosa	11,76
São Jorge	6,74
Pico	16,79
Faial	12,71
Flores	14,84
Corvo	2,19
Madeira	26,13
Madeira	27,74
Porto Santo	19,08
Canárias	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: PROTA, *Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores*

Fonte Madeira: Direcção Regional de Estatística; Governo Regional (Planos Directores Municipais, 1992)

De momento apenas existe informação para as duas regiões portuguesas, Açores e Madeira. No caso dos Açores, o facto da afluência turística ser pouco intensa associado à não preponderância do “sol e praia” como segmento mais destacado, justificam uma mais baixa percentagem de ocupação da faixa costeira.

As ilhas de São Miguel e da Terceira destacam-se das demais sete ilhas açorianas, pois cerca de um quarto da superfície de costa (500 metros a contar da linha de costa), encontra-se urbanizada.

No caso da ilha da Madeira, nota-se que na zona de costa entre os quadrantes sul e leste, a área urbanizada é bastante significativa, no entanto, o valor global é afectado pela situação verificada no resto da ilha, onde a pressão da construção é menor e a inacessibilidade da costa maior, em especial no norte.

D. SOCIEDADE E CULTURA



D. Sociedade e Cultura (Demografia, Impacto Social, Indicadores da Comunidade Local)

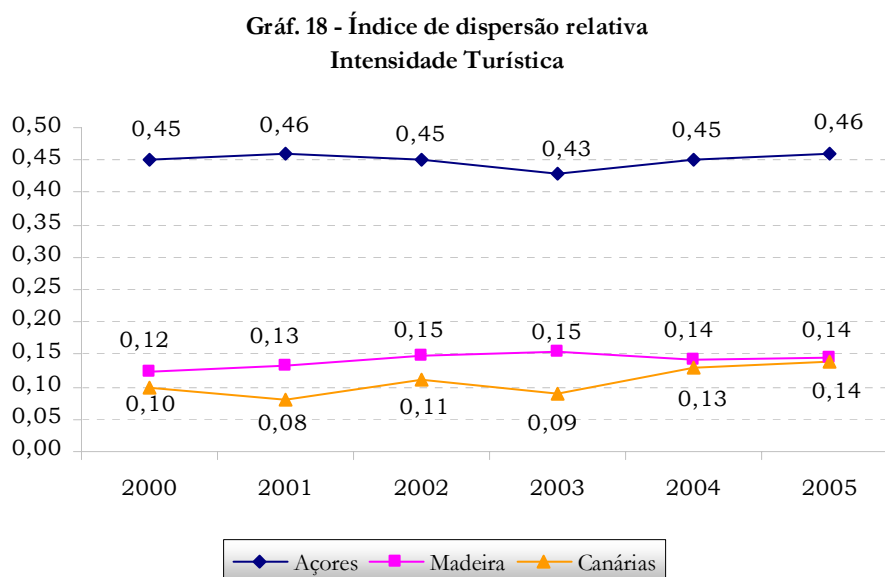
Os indicadores deste capítulo têm como objectivo medir os impactos socioculturais do Turismo nas três Regiões envolvidas. A actividade turística é uma actividade que não passa à margem da vida quotidiana dos residentes dos locais visitados; daí decorre a necessidade de avaliar em que medida a afluência turística exerce maior ou menor pressão sobre os destinos turísticos e de que forma os residentes desses mesmos destinos encaram o desenvolvimento da actividade turística nas suas próprias Regiões. A insatisfação da população local poderá ser um indício de um desenvolvimento turístico que não vai ao encontro dos interesses dessa população.

Resumidamente, os objectivos dos indicadores que compõem este capítulo são os seguintes:

- ❑ Intensidade Turística – medir a pressão que a afluência turística exerce sobre a população residente ao longo do ano.
- ❑ Visitantes a Lugares de Interesse Turístico – avaliar a afluência turística a lugares de interesse turístico pondo-a em confronto com as visitas a esses mesmos lugares feitas pelos residentes.
- ❑ Utilização de Infraestruturas dos Hotéis e Restauração pela População Residente – medir a utilização das infraestruturas hoteleiras por parte da população residente, de modo a aferir a sua adesão à dinâmica gerada pela actividade turística.
- ❑ Opinião dos Residentes Sobre o Futuro do Turismo na Região – aferir a opinião da população local sobre o desenvolvimento futuro do sector turístico, em cada uma das três Regiões envolvidas no projecto.
- ❑ Nível de Satisfação da População Local – avaliar a opinião da população local sobre o papel do turismo na sua Região.

D.1.1 Intensidade Turística

Com o Índice de Dispersão Relativa (IDR)²¹ pretende-se medir a dispersão ao longo do ano, da pressão exercida pelo número de turistas sobre a população residente.



Fonte Açores: SREA, *Estatísticas do Turismo*; INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação-2001*

Fonte Madeira: DREM, *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira; Estatísticas Demográficas*

Fonte Canárias: Aeropuertos Nacionales y Navegación Aérea (AENA): *Tráfico de pasajeros en los aeropuertos*; Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta sobre el Gasto Turístico en Canarias*; Instituto Nacional de Estadística (INE): *Revisión del Padrón Municipal a 1 de enero de cada año*

O facto de os Açores apresentarem, de 2000 a 2005, um IDR mais elevado do que as outras duas Regiões, ou seja, uma maior dispersão da pressão turística sobre a população residente ao longo dos meses do ano, reflecte o carácter mais sazonal da actividade turística nesta Região.

A Madeira e as Canárias, em contrapartida, apresentam IDRs mais baixos, revelando uma distribuição mais uniforme dos visitantes ao longo do ano.

Contudo, numa outra leitura possível a partir do quadro 24 (em que se baseia o cálculo do IDR), pode observar-se que, enquanto nos Açores mesmo nos meses de maior concentração turística, o rácio é, ao longo dos anos estudados, em média de 2 a 3 turistas por habitante; na Madeira é de 6 a 9 e nas Canárias de 17 a 18 turistas por habitante.

²¹ Índice de Dispersão Relativa (IDR) – resultante da divisão do desvio padrão pela média, é uma medida de dispersão cujo valor é tanto maior quanto maior for a dispersão, isto é, quanto menos uniforme for a distribuição.

Quadro 24 - Intensidade Turística

unid.: n.º turistas/hab./dia

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Meses						
Açores						
Índice de Dispersão Relativa (IDR) *	0,45	0,46	0,45	0,43	0,45	0,46
Janeiro	0,34	0,44	0,54	0,52	0,57	0,68
Fevereiro	0,42	0,54	0,67	0,62	0,77	0,81
Março	0,53	0,72	0,85	0,70	0,94	1,14
Abril	0,81	0,94	1,01	0,94	1,18	1,33
Maio	0,78	0,93	0,96	1,05	1,18	1,45
Junho	0,90	1,21	1,23	1,28	1,30	1,73
Julho	1,21	1,69	1,72	1,61	1,91	2,20
Agosto	1,55	1,87	2,11	2,11	2,58	2,81
Setembro	1,05	1,32	1,29	1,29	1,65	1,91
Outubro	0,75	0,91	0,86	1,06	1,15	1,47
Novembro	0,58	0,68	0,67	0,81	0,91	0,86
Dezembro	0,37	0,47	0,46	0,55	0,63	0,52
Madeira						
Índice de Dispersão Relativa (IDR) *	0,12	0,13	0,15	0,15	0,14	0,14
Janeiro	4,63	5,02	4,92	5,17	4,82	5,36
Fevereiro	5,44	6,19	6,19	6,27	6,02	5,98
Março	6,51	6,92	7,18	6,99	6,49	6,51
Abril	7,02	7,46	7,23	7,84	7,40	6,84
Maio	5,72	6,37	5,93	6,54	6,51	6,30
Junho	5,28	6,39	6,38	6,35	5,90	6,42
Julho	5,74	6,88	6,62	6,72	6,55	6,91
Agosto	6,55	7,81	8,21	8,30	7,90	8,61
Setembro	5,71	6,74	6,86	6,96	7,00	7,24
Outubro	5,42	6,17	6,11	6,27	6,61	6,59
Novembro	5,57	5,82	5,62	5,41	5,59	5,68
Dezembro	4,60	4,86	4,79	4,75	4,78	4,82
Canárias						
Índice de Dispersão Relativa (IDR) *	0,10	0,08	0,11	0,09	0,13	0,14
Janeiro	14,88	15,53	14,89	15,87	15,38	15,57
Fevereiro	15,27	15,36	14,86	15,52	14,76	13,73
Março	16,75	17,17	16,56	16,12	14,80	15,16
Abril	14,81	15,10	13,07	14,90	12,87	11,62
Maio	13,05	13,66	11,53	12,68	10,72	10,50
Junho	13,85	13,74	12,50	13,85	10,90	11,15
Julho	17,50	16,50	15,47	16,49	14,57	14,93
Agosto	18,58	18,43	16,96	18,20	17,10	17,15
Setembro	15,41	15,78	14,62	14,10	13,73	13,94
Outubro	16,53	15,85	15,28	15,66	15,36	15,20
Novembro	15,91	16,46	15,30	15,21	14,35	14,79
Dezembro	15,37	15,56	15,48	15,54	14,50	14,94

* Índice de Dispersão Relativa (IDR) – resultante da divisão do desvio padrão pela média, é uma medida de dispersão cujo valor é tanto maior quanto maior for a dispersão, isto é, quanto menos uniforme for a distribuição.

D.1.2 Visitantes a Lugares de Interesse Turístico

Para obter esta informação foram inquiridos em cada uma das regiões, os locais turísticos mais visitados²². Contudo, este indicador apresenta limitações para o cálculo, já que unicamente podem ser contabilizadas as visitas àqueles lugares de interesse turístico que tenham estabelecido mecanismos de controlo de entradas.

Quadro 25 - Turistas que visitam locais de interesse turístico sobre o total de visitantes (%)

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ilhas						
Açores	x	86,60	83,96	83,14	85,17	x
Madeira	x	x	x	x	x	88,79
Canárias	x	96,43	96,20	95,85	95,29	93,79
Lanzarote	x	98,74	98,78	98,86	98,76	98,70
Fuerteventura	x	x	x	x	86,35	86,98
Gran Canaria	x	x	x	x	x	38,62
Tenerife	x	95,00	95,00	95,00	95,00	93,90
La Gomera	x	x	x	94,48	93,79	x
La Palma	x	79,98	78,69	78,56	77,70	78,51
El Hierro	x	x	x	x	37,95	52,97

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, *Inquérito aos Museus*; Sociedade de Exploração Espeleológica - "Os Montanheiros"

Fonte Madeira: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Fonte Canárias: Cabildos insulares, patronatos de turismo y sociedades que gestionan dichos lugares

Os dados confirmam que grande parte dos visitantes a estes lugares são essencialmente não residentes, principalmente no caso do arquipélago canário onde, em 2005, pouco mais de 6% das visitas foram realizados por residentes.

No caso dos Açores e em 2004, cerca de 15% das visitas feitas a locais de interesse turístico foram realizadas por açorianos. Na Madeira, para 2005, 11% dos residentes deslocaram-se também a esses locais assim classificados. De acordo com as informações apuradas, nesta percentagem, uma fatia importante era constituída por grupos escolares.

²² Ver fichas deste indicador no CD-ROM em anexo.

D.2.1 Rácio de Utilização de Infraestruturas dos Hotéis e Restauração pela População Residente

Este indicador procura medir em que proporção as infraestruturas dos estabelecimentos hoteleiros, como sejam, os restaurantes, os ginásios, as salas de conferências, entre outras são utilizadas pela população residente. Contudo, este indicador apresenta algumas limitações na comparabilidade da informação entre as regiões, uma vez que os Açores optaram por recolher informação do lado da oferta, enquanto que a Madeira obteve os dados pela vertente da procura, inquirindo os residentes. As Canárias não apresentam dados disponíveis no momento.

Quadro 26 - Percentagem de utilização de infraestruturas hoteleiras pela população residente em relação ao total de utilizadores.

Ano: 2005

Região Ilhas	Saúde & Bem-Estar	Negócios & Trabalho	Restaurantes e Similares	Total
Açores	45,40	27,08	45,77	42,04
Santa Maria	57,91	14,66	51,92	47,71
São Miguel	42,81	27,39	46,21	40,94
Terceira	55,97	35,95	36,12	43,10
Graciosa
São Jorge	63,31	63,31
Pico	50,00	50,00	57,75	53,88
Faial	39,10	11,89	50,41	38,96
Flores	49,99	5,00	58,56	48,46
Corvo
Madeira	x	x	x	32,00
Canárias	x	x	x	x

x = Dado não disponível

.. = Não se aplica

Fonte Açores: SREA, *Anexo Especial ao Inquérito Mensal à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (Janeiro de 2006)*

Fonte Madeira: DREM, *Sondagem aos Residentes sobre o Turismo na Madeira*

Para os Açores, a percentagem de utilização das infraestruturas hoteleiras pela população residente em relação com o total de utilizadores foi obtida através do inquérito “Anexo Especial do Inquérito Mensal (Janeiro de 2006) à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria”. O questionário especifica as seguintes infraestruturas: Piscina; Cabelheiro/Gabinete de Estética/Spa; Restaurantes; Bar/Disoteca; Ginásio/Campo de Ténis; Salas de Conferências/Reuniões. Na análise e apresentação dos dados agrupa-se a informação em três itens: Saúde & Bem Estar, Negócios &

Trabalho e Restaurantes e Similares. Os agrupamentos foram ponderados pelo número de estabelecimentos que têm infraestruturas, enquanto que a percentagem de utilização das infraestruturas dos estabelecimentos pelos residentes foi ponderada pelas dormidas anuais de cada estabelecimento.

Relativamente à Madeira, este indicador tem por base uma sondagem telefónica efectuada à população residente maior de 15 anos, com a seguinte questão: “Utilizou no último ano infraestruturas turísticas?”.

Nos Açores, verifica-se que as infraestruturas hoteleiras têm uma boa adesão por parte da população residente, cerca de 42%, destacando-se a ilha de São Jorge, cujas infraestruturas apresentam uma utilização de 63,31% por parte de residentes.

Também com uma percentagem considerável, a Madeira apresenta 32% de residentes que admitem terem utilizado infraestruturas dos estabelecimentos hoteleiros em 2005.

D.2.2 Opinião dos Residentes Sobre o Futuro do Turismo na Região

Procurou-se junto dos residentes maiores de 15 anos, através de um inquérito, obter a sua opinião sobre o que pensam do futuro do turismo na sua própria Região.

Quadro 27 - Percentagem de respostas "Igual" e "Mais" (que engloba respostas "mais" e "muito mais"), à pergunta “Gostaria que, no futuro, houvesse mais ou menos turistas na região?”.

Ano: 2005

Região	Igual	Mais
Ilhas		
Açores	30,5	68,8
Madeira	19,8	79,7
Canárias	36,6	54,7
Lanzarote	36,0	54,7
Fuerteventura	39,3	58,2
Gran Canaria	27,3	64,3
Tenerife	45,6	44,4
La Gomera	24,2	63,6
La Palma	45,7	48,8
El Hierro	34,3	56,8

Fonte Açores: SREA, *Inquérito aos Residentes sobre o Turismo nos Açores - 2005*

Fonte Madeira: DREM, *Sondagem aos Residentes sobre o Turismo na Madeira*

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta de Satisfacción de la Población Local sobre el Turismo*

Das três regiões, os residentes na Madeira são aqueles que demonstram menos reticências em relação à expansão da actividade turística, pois 8 em cada 10 deseja que no futuro existam mais turistas a visitar a Região. Para os açorianos, a percentagem daqueles que opina que o afluxo de visitantes não deve aumentar tem um peso considerável (cerca de 3 em cada 10 residentes). Esta visão de parte da população açoriana pode indiciar alguma preocupação com a perturbação que o desenvolvimento da actividade turística possa vir a causar no equilíbrio ambiental e social daquelas ilhas. As Canárias são a região que apresenta uma menor percentagem de indivíduos que deseja mais turismo, sendo que, 36,6% dos residentes deseja que no futuro a afluência turística se mantenha ao nível actual, destacando-se a ilha de Tenerife, a única onde a percentagem de população que defende a manutenção da afluência turística é superior à que pretende mais turismo.

D.2.3 Nível de Satisfação da População Local

Neste indicador, à semelhança do anterior, procurou-se saber junto dos residentes maiores de 15 anos, através de um inquérito, a opinião sobre o desenvolvimento do sector turístico na sua Região.

Quadro 28 - Percentagem de respostas concordantes ("Concordo totalmente" e "Concordo em parte") com a afirmação "O turismo é bom para a região".

Região	2005
Ilhas	
Açores	94,5
Madeira	99,0
Canárias	98,3
Lanzarote	98,8
Fuerteventura	99,8
Gran Canaria	98,8
Tenerife	97,9
La Gomera	98,4
La Palma	96,9
El Hierro	96,7

Fonte Açores: SREA, *Inquérito aos Residentes sobre o Turismo nos Açores - 2005*

Fonte Madeira: DREM, *Sondagem aos Residentes sobre o Turismo na Madeira*

Fonte Canárias: Instituto Canario de Estadística (ISTAC): *Encuesta de Satisfacción de la Población Local sobre el Turismo*

Em qualquer um dos três arquipélagos, verifica-se uma larga concordância sobre os benefícios que a actividade turística traz para as regiões. A Madeira e as Canárias apresentam percentagens muito semelhantes, próximas dos 100%, enquanto que os Açores com 94,5%, contam com uma franja da população que não concorda que o turismo traga benefícios para o seu arquipélago. Se associarmos este dado ao indicador anterior, poderá concluir-se que existe uma pequena fatia da população açoriana, que manifesta cepticismo em relação ao desenvolvimento turístico, na sua região.

E. Institucional



E. Institucional

Este último capítulo tem como objectivo avaliar o esforço realizado pelos agentes económicos das três Regiões, quer públicos, quer privados, no planeamento estratégico na área do turismo.

Devido a razões metodológicas e de comparabilidade entre as regiões considerou-se que seria mais plausível apresentar o indicador “Planificação Turística” – número de planos, programas e normas com incidência em matéria de turismo e sustentabilidade. Contudo, trata-se de um indicador meramente descritivo, não sendo avaliado o impacto desta planificação no tempo e no espaço.

E.1 Planos, Programas e Normas com Incidência em Matéria de Turismo e Sustentabilidade

Este indicador, meramente descritivo, realça a importância do planeamento em áreas ligadas ao turismo, através do número de planos em vigor numa região, num determinado período, sendo que este é um dos passos fundamentais para alcançar um desenvolvimento sustentável no turismo.

Um dos indicadores básicos do turismo sustentável recomendados pela Organização Mundial do Turismo é exactamente a existência de planificação no destino turístico. A Organização Mundial do Turismo considera imprescindível que antes de programar formas de actuar, se tenha um plano turístico que defina um modelo de desenvolvimento turístico diversificado, diferenciado, competitivo e sustentável, que cubra as necessidades actuais dos turistas e da sociedade, protegendo e melhorando as perspectivas de futuro, e que projecte uma imagem de integração de gestão de recursos, de modo a cobrir as necessidades económicas, sociais e estéticas, mantendo o mesmo tempo de identidade cultural, paisagístico, de processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e dos sistemas vivos.

Quadro 29 - Número de planos, programas e normas com incidência em matéria de turismo e sustentabilidade

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ilhas						
Açores	x	x	x	x	x	8
Madeira	x	x	x	x	x	13
Canárias	2	4	14	19	80	x
Lanzarote	0	1	4	4	8	x
Fuerteventura	0	0	1	1	4	x
Gran Canaria	2	1	3	3	20	x
Tenerife	0	1	5	9	28	x
La Gomera	0	0	0	1	3	x
La Palma	0	1	1	1	16	x
El Hierro	0	0	0	0	1	x

x = Dado não disponível

Fonte Açores: SREA, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Fonte Madeira: DREM, Direcção Regional de Estatística da Madeira

Fonte Canárias: Ministerio de Industria Turismo y Comercio, Secretaría de Estado de Turismo y Comercio Secretaría General de Turismo, Subdirección General de Calidad e Innovación Turísticas; Gobierno de Canarias, Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial; Cabildos Insulares

A discrepância existente entre os números apresentados para os dois arquipélagos portugueses em relação ao arquipélago espanhol, reside, por um lado, nas dimensões territorial e “administrativa” das regiões. O grande salto que se produziu entre os anos de 2003 e 2004 nas Canárias deve-se à aplicação da Agenda 21 local, que serviu de base à promoção de muitos planos de carácter municipal. É preciso ter em conta que as Canárias têm 87 municípios, número bastante superior ao dos arquipélagos portugueses (19 nos Açores e 11 na Madeira).

BIBLIOGRAFIA

BARIOULET, Hervé (1999), *Matrix for Evaluating Tourism Projects on the Basis of sustainable Tourism Indicators*, publicado na web em www.islandsonline.org

BRIGUGLIO, Lino; ARCHER, Brian; JAFARI, Jafar; WALL, Geoffrey (1996), *Sustainable Tourism in Islands & Small States: Issues and Policies* Islands and Small States Institute, Foundation for International Studies, University of Malta

BRIGUGLIO, Lino; BUTLER, Richard; HARRISON, David; LEAL FILHO, Walter (1996), *Sustainable Tourism in Islands & Small States: Case Studies* Islands and Small States Institute, Foundation for International Studies, University of Malta

CERON, Jean-Paul e DUBOIS, Ghislain (2004), *Construire et communiquer les indicateurs de développement durable. Retour sur quelques expériences dans le domaine du tourisme*. Disponível em <http://www.tec-conseil.com/docsPDF/evalusfe.pdf>

CERON, Jean-Paul e DUBOIS, Ghislain (2003), *Tourism and Sustainable Development Indicators: the Gap between Theoretical Demands and Practical Achievements*. *Current Issues in Tourism*, 6(1). pp.54-76.

CERON, Jean-Paul e DUBOIS, Ghislain (2000), *Les Indicateurs du Tourisme Durable un outil à manier avec discernment*. Cahier Espaces n° 67. Editions ESPACES.

COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS (2002), *Decisión n° 2367/2002/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 16 de diciembre de 2002, por la que se aprueba el Programa Estadístico Comunitario 2003-2007*. Diario Oficial L 358 de 31.12.2002. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/es/oj/2002/l_358/l_35820021231es00010027.pdf (esp) http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2002/l_358/l_35820021231pt00010027.pdf (port)

DÍEZ DE VELASCO VALLEJO, Manuel (2000), *Reflexiones sobre el turismo y el desarrollo del medio ambiente en la Unión Europea*. II Congreso de Turismo Universidad-Empresa. Universidad Jaime I (Castellón). Ed. Tirant Lo Blanch. pp.485-496

DIRECCIÓN GENERAL DE CALIDAD Y EVALUACIÓN AMBIENTAL, MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE (2003), *Sistema español de indicadores ambientales de turismo*.

FARSARI, Yiana ; PRASTACOS, Poulicos (2001), *Sustainable Tourism Indicators for Mediterranean Established Destinations*, publicado na web em www.iaem.forth.gr

FONT, Xavier (2003), *Certificación de programas de sostenibilidad en destinos turísticos*, La Calidad integral del turismo. V Congreso de Turismo Universidad-Empresa. Universidad Jaime I (Castellón). Ed. Tirant Lo Blanch.

FRANGIALLI, Francesco (2000), *Les perspectives de croissance du tourisme mondial: la vision de l'OMT deviendra-t-elle réalité?* *Sommets du Tourisme*, Deuxième Sommet, 4-6 de Dezembro de 2000.

GOBIERNO DE CANARIAS, CONSEJERÍA DE MEDIO AMBIENTE Y ORDENACIÓN TERRITORIAL (2003), *Estrategia ambiental canaria de desarrollo sostenible*.

GOBIERNO DE CANARIAS (2003), *Ley 19/2003, de 14 de abril, por la que se aprueban las Directrices de Ordenación General y las Directrices de Ordenación del Turismo de Canarias*. BOC nº 73, 15 de Abril de 2003. Disponible en <http://www.gobiernodecanarias.org/boc/2003/073/002.html>

GOVERNO REGIONAL, Região Autónoma da Madeira, *Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira*.

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (2006), *Perspectivas para a sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores: contributo para a elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável*.

GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (2000), *Plano Regional da Política de Ambiente*.

MARTÍN ROSA, Miguel Ángel (Dirección Prats, F.) (2003), *Life Lanzarote 2001-2004 – Evolución de indicadores insulares*. Disponible en www.cabildodelanzarote.com/ecotasa/des1.pdf

McKERCHER, Bob (2003), *Sustainable Tourism Development – Guiding Principles for Planning and Management*. National Seminar on Sustainable Tourism Development, Bishkek, 5-9 de Noviembre de 2003.

MEDINA MUÑOZ, Rita; MEDINA MUÑOZ, Diego (2003), *Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico*. V Congreso de Turismo Universidad-Empresa. Universidad Jaime I (Castellón). Ed. Tirant Lo Blanch.

MINISTERIO ESPAÑOL DE MEDIO AMBIENTE (2001), *Estrategia española de Desarrollo Sostenible. Documento de consulta*. Disponible en http://www.gencat.net/mediamb/a21_n/a21cat/pdf/estrategia_espanyola.pdf

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) (2005), *The Tourism Satellite Account (TSA), Understanding Tourism and Designing Strategies*. Contributions of the WTO Department of Statistics and Economic Measurement of Tourism, WTO Conference co-organized with Argentina, Brazil and Paraguay.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) (2004), *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations - a Guidebook*.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) (1999), *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) (1997), *Lo que todo gestor turístico debe saber: Guía práctica para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible*

PRATS PALAZUELO, Fernando (1998), *Lanzarote en la biosfera, una estrategia hacia el desarrollo sostenible de la isla*. Cabildo de Lanzarote.

ROMAGOS CASALS, Francesc; CUÉTARA SÁNCHEZ, Leonardo (2001), *El desarrollo sostenible en destinos turísticos*. Propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad. Universidad de La Laguna.

SAETA (Sistema de Análisis y Estadísticas del Turismo en Andalucía) (2004), *Sistema de Evaluación Territorial del Turismo en Andalucía (SETTA)*.

SANZ DOMÍNGUEZ, Carlos (2003), *La calidad del turismo en la legislación turística: en particular el caso de Anadalucía*. V Congreso de Turismo Universidad-Empresa. Universidad Jaime I (Castellón). Ed. Tirant Lo Blanch.

TWINING-WARD, Louise e BUTLER, Richard (2002), *Implementing STD on a Small Island: Development and use of Sustainable Tourism Development Indicators in Samoa*. Journal of Sustainable Tourism, Vol.10, nº5.

UNIVERSIDAD DE ALICANTE, Instituto Universitario de Geografía (2001), *Planificación y Gestión del Desarrollo Turístico Sostenible: Propuestas para la Creación de un Sistema de Indicadores*.

YUNIS, Eugenio (2004), *Indicators to measure Sustainability in Tourism*. 7th International Forum on Tourism Statistics, Estocolmo, 2004.